

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE ARQUIVOLOGIA

Bianca Leticia Alves Garcia

**AS CONTRIBUIÇÕES DE NILZA TEIXEIRA SOARES PARA A
ARQUIVOLOGIA BRASILEIRA**

Santa Maria, RS
2023

Bianca Leticia Alves Garcia

**AS CONTRIBUIÇÕES DE NILZA TEIXEIRA SOARES PARA A
ARQUIVOLOGIA BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquivologia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Bacharela em Arquivologia**.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Alcides Cougo Junior

Santa Maria, RS
2023

Bianca Leticia Alves Garcia

**AS CONTRIBUIÇÕES DE NILZA TEIXEIRA SOARES PARA A
ARQUIVOLOGIA BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquivologia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Bacharela em Arquivologia**.

Aprovado em 30 de janeiro de 2023

**Francisco Alcides Cougo Junior
(Presidente/Orientador)**

Gláucia Vieira Ramos Konrad, Dra. (UFSM)

Sônia Elisabete Constante, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2023

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todas as pessoas que fazem parte da minha vida. E que de alguma forma contribuíram para que hoje eu estivesse aqui. Essas pessoas são grande parte da minha motivação.

Quero começar especificamente pela minha doce e querida mãe, Luciane (*in memoriam*), que é sem dúvidas a minha maior motivação, sempre foi e sempre será. Queria que comemorássemos juntas, mas de onde estiver sabes que te dedicarei todas minhas conquistas, principalmente essa, por ser o teu maior sonho. Obrigada por tudo o que fizeste por mim, por me dar tanto amor e por ser minha maior incentivadora. Tudo o que faço é pensando em te dar orgulho!

Ao meu pai, Leandro, também quero agradecer, por ser tão bondoso com sua família, sempre cuidou de nós com amor, dedicação e muito suor. Obrigado por ser esse pai amigo e companheiro. Se hoje estou tendo forças de continuar, é pensando em você, para poder lhe cuidar e estarmos sempre juntos!

A minha irmã e meu cunhado, Betina e Dione, agradeço as inúmeras coisas que fizeram por mim. Pela ajuda com roupas e matérias escolares. Nunca me esquecerei disso. Muito obrigada pelo carinho e apoio.

Ao meu irmão, Yago, agradeço por todo companheirismo do dia a dia, tem sido meu braço direito, sempre me ajudando e sempre disposto para ajudar. É ótimo ter você no meu lado.

Ao meu sobrinho, Pedro, que é o meu melhor amigo. E mesmo que pequeno, é tão forte, tens aguentado os desafios da vida e dado muito orgulho para sua tia. Obrigada por existir, pinguim!

Aos meus avós paternos, Altiva (*in memoriam*) e Gasparino (*in memoriam*), agradeço por poder ter tido pessoas tão maravilhosas como vocês em minha vida. E tudo o que eu faço também é pensando em vocês.

Agradeço às minhas colegas Paula, Nicolly e Mariestela por toda a ajuda, e companheirismo durante esses anos. Espero sempre ter vocês em minha vida. E que tenhamos muito sucesso em nossa jornada.

E por último, quero agradecer ao meu orientador, Francisco, pela ajuda, dedicação e incentivo durante todo esse período. Você é um excelente professor, tenho maior admiração pelo seu trabalho e sentirei muita saudade das nossas aulas.

RESUMO

AS CONTRIBUIÇÕES DE NILZA TEIXEIRA SOARES PARA A ARQUIVOLOGIA BRASILEIRA

AUTORA: Bianca Leticia Alves Garcia
ORIENTADOR: Francisco Alcides Cougo Júnior

Este estudo investiga as contribuições de Nilza Teixeira Soares para a Arquivologia brasileira, onde se optou por descrever a trajetória de Soares como uma forma de recuperar sua importante carreira profissional, analisar a contribuição de Soares como autora de trabalhos na área de Arquivologia e compreender a contribuição de Soares para a gestão de documentos no Brasil. A metodologia empregada para a realização da pesquisa se deu pelo método qualitativo, onde foi selecionada a bibliografia que contextualiza a pesquisa com a temática história da Arquivologia no Brasil. Já as fontes documentais foram selecionadas a fim de que fosse produzido um panorama da trajetória profissional de Soares, assim como foi feito uma análise na produção científica de Soares. Nos resultados está exposta toda a investigação, manifestada em textos, quadros e gráficos. Nas considerações finais os principais pontos refletidos são sobre a importância das grandes ações e contribuições de Soares para a área arquivística. Ressaltando e homenageando essa figura da área arquivística.

Palavras-chave: Arquivologia. Nilza Teixeira Soares. Gestão de documentos.

ABSTRACT

THE CONTRIBUTIONS OF NILZA TEIXEIRA SOARES TO BRAZILIAN ARCHIVAL SCIENCE

AUTHOR: Bianca Leticia Alves Garcia
ADVISOR: Francisco Alcides Cougo Júnior

This study investigates the contributions of Nilza Teixeira Soares to the Brazilian Archival Science, where it was chosen to describe the trajectory of Soares as a way to recover his to analyze the contribution of Soares as author of works in the area of Archival Science and to understand the contribution of Soares to document management in Brazil. The methodology used to carry out the research was the qualitative method, where the bibliography that contextualizes the research with the thematic history of Archival Science in Brazil was selected. The documentary sources were selected in order to produce an overview of Soares' professional career, as well as an analysis of Soares' scientific production. In the results is exposed all the research, manifested in texts, tables and graphs. In the final considerations the main points reflected are about the importance of the great actions and contributions of Soares to the archival area. Highlighting and honoring this figure of the archival area.

Keywords: Archival Science. Nilza Teixeira Soares. Document management.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Gráfico representando os autores mais referenciados por Soares34
- Figura 2 - Gráfico representando o número de textos utilizado de cada autor35
- Figura 3 - Gráfico com as nacionalidades dos autores referenciados por Soares36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estado da Arte TCC A.....	19
Quadro 2 - Lista das fontes documentais sobre a carreira de Soares.....	20
Quadro 3 - Lista da produção científica de Soares	21
Quadro 4 - Lista de requisitos para o fichamento da produção de Soares.....	22
Quadro 5 - Lista de todos os autores referenciados por Soares em suas obras.....	30
Quadro 6 - Lista de tópicos em que os textos de Soares foram classificados	37

LISTA DE SIGLAS

AAB	Associação dos Arquivistas Brasileiros
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AN	Arquivo Nacional
CEDI	Centro de Documentação e Informação
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
EUA	Estados Unidos da América
MTIC	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
Sarec	Seção de Avaliação e Recolhimento
Sedad	Seção de Documentos Administrativos
Sedau	Seção de Documentos Audiovisuais
SEDHI	Seção de Documentos Históricos
Sedol	Seção de Documentos Legislativos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 OBJETIVOS	10
1.1.1 Objetivo geral	10
1.1.2 Objetivos específicos.....	11
1.2 JUSTIFICATIVA	11
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	13
3 METODOLOGIA	18
4 RESULTADOS	24
4.1 ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE NILZA TEIXEIRA SOARES.....	30
4.2 RESUMO DAS OBRAS DE NILZA TEIXEIRA SOARES.....	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como tema principal a História da Arquivologia no Brasil, onde procura investigar as contribuições de Nilza Teixeira Soares voltadas para a Arquivologia Brasileira. A partir disso, a pesquisa buscou descrever a trajetória de Soares como uma forma de resgatar sua importante carreira profissional, como também, analisou sua contribuição como autora de textos na área de Arquivologia. E por fim, buscou compreender a contribuição de Soares para a Gestão Documental no Brasil.

Desta forma, com o propósito de trazer ao leitor o entendimento e o conhecimento sobre as contribuições de Soares que foram concomitantes com a fase de implementação da Arquivologia no Brasil, a fim de poder também homenageá-la, descrevendo sua belíssima carreira profissional, serão abordados os conceitos principais da história da Arquivologia no Brasil, além de reunidos os materiais que abordam a trajetória e vivências de Nilza Teixeira Soares. Além disso, serão analisados os textos produzidos por Soares que puderam ser recuperados por esta pesquisa.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

O objetivo geral do trabalho é investigar as contribuições de Nilza Teixeira Soares para a Arquivologia Brasileira.

1.1.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos da pesquisa visam:

- Descrever a trajetória de Soares como uma forma de recuperar sua importante carreira profissional;
- Analisar a contribuição de Soares como autora de trabalhos na área de Arquivologia;
- Compreender a contribuição de Soares para a gestão de documentos no Brasil.

1.2 JUSTIFICATIVA

A justificativa para a realização deste trabalho deu-se por sentir a necessidade de um aprofundamento maior sobre a grande importância que a carreira profissional de atores pouco reconhecidos assume. Há figuras que tiveram um papel importante na história da Arquivologia mas, por diversas circunstâncias, muitas vezes não têm o reconhecimento merecido. É o caso de Nilza Teixeira Soares, uma mulher com inúmeras ações e conquistas perante a área arquivística, mas com pouco reconhecimento.

A área arquivística estava conquistando o seu espaço concomitante com o desenvolvimento da carreira profissional de Soares, que por sua vez, foi imprescindível para o crescimento da área. Desta forma, este trabalho contextualizará o momento em que a Arquivologia estava ganhando forças no Brasil, através de inúmeras ações, como o interesse de explorar estudos arquivísticos já existentes, buscar qualificação fora do país, criar cursos profissionalizantes de Arquivologia, entre outras ações que fizeram com que aumentasse o reconhecimento da área e ajudaram para que cada vez mais a área fosse conquistando seu espaço.

Pensando nesta situação, o cenário da pesquisa contribui para mostrar que pessoas ajudaram para que isso se tornasse possível, transformando a Arquivologia em área de conhecimento, assim como profissão regulamentada. De acordo com a legislação arquivística, a Lei Federal nº 6.546, de 4 de julho de 1978, dispõe sobre a regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo. Porém, o ofício existia anteriormente à regulamentação. Os autores Crivelli e Bizello (2012), analisam que já havia uma preocupação na época imperial, pois foi quando ocorreu a criação do Arquivo Público do Império, que hoje é conhecido como Arquivo Nacional.

Após isso, ao longo dos anos, algumas outras iniciativas foram sendo implementadas em prol da arquivística. Conforme Santos (2018) o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), foi criado em 1938, e uma de suas tarefas modernizadoras foi a criação de programas de aperfeiçoamento no exterior. De acordo com Crivelli e Bizello (2012), a partir da década de 1950, o Arquivo Nacional também começou a trabalhar com importação de conhecimentos arquivísticos,

aproximando o Brasil de práticas estrangeiras. É nesse contexto que Nilza Teixeira Soares torna-se figura essencial, visto que, no ano de 1952, Soares viajou até os Estados Unidos para fazer uma especialização em Documentação Administrativa, ofertada pelo DASP, em parceria com os EUA (SANTOS, 2012).

Essa foi a primeira de muitas viagens realizada por Soares com o objetivo de adquirir conhecimento, onde pode explorar novas literaturas da área, vivenciar novas experiências, e cada vez mais se qualificar, ampliando o seu conhecimento.

O trabalho seguinte está estruturado com o capítulo de Introdução, onde o estudo é contextualizado, junto aos objetivos e à justificativa; Revisão de bibliografia, destacando os principais trabalhos utilizados para a fundamentação da pesquisa; Metodologia, onde apresenta-se as etapas da realização do trabalho; Resultados e discussão, na qual tratamos dos resultados obtidos através da análise da carreira profissional e produção científica de Soares, por fim; Considerações finais, onde fazemos um breve resumo do que foi estudado e refletimos sobre as conclusões acerca do trabalho.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para a realização deste estudo, a partir da definição do tema, iniciou-se a busca por autores que tivessem relação com o assunto. Depois, a fim de que pudessem ser selecionados os materiais, foi preciso procurar os trabalhos nas bases de dados e selecioná-los após uma breve leitura em seus resumos e constatação de que poderiam ajudar na composição do presente trabalho. Contudo, a bibliografia selecionada auxiliou na compreensão da temática, além de trazer um panorama cronológico que ajuda o leitor a situar-se no contexto apresentado, além de trazer curiosidades e reflexões atuais a respeito da arquivística.

Neste capítulo será abordada a história da Arquivologia no Brasil, visando entender os olhares de autores que trabalharam o tema e se aprofundaram em diferentes âmbitos da área. A história da Arquivologia no Brasil é ampla, e pode ser analisada entre muitos aspectos, principalmente entre aspectos cronológicos de acontecimentos, podendo ser dividida em fases, através de eventos importantes.

A Arquivologia é definida pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística como: “Disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos. Também chamada arquivística” (2005 p.37)

Há quem diga que a Arquivologia é área que foi recentemente criada, como também pode ser entendida sua existência desde os tempos de outrora, ao analisar fragmentos já na época imperial. Entretanto, o que ajuda a dividir opiniões é o fato de que a profissão foi criada recentemente, ou melhor, a regulamentação da profissão ocorreu recentemente. Na legislação arquivística está presente a Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo.

Ainda sobre o começo da Arquivística no Brasil, os autores Crivelli e Bizello (2012) acreditam que a Arquivologia é bastante recente, considerada desde a década de 1970 até os dias de hoje, pois foi a partir desse momento que aconteceram mudanças consideráveis, como a criação dos cursos de graduação na área. Porém, os mesmos autores analisam outro fator importante, se observarmos

atentamente a História do Brasil, vemos que a preocupação com elementos da Arquivologia aparecem já nos tempos do Império, com a criação do Arquivo Público do Império, hoje conhecido como Arquivo Nacional (CRIVELLI; BIZELLO, 2012). Segundo Costa (1997) “criado pelo Regulamento nº 2, de 2 de janeiro de 1838, o Arquivo Público do Império já estava previsto no artigo 70 do capítulo VI da Constituição de 1824” (COSTA, 1997, p.24).

Quanto às iniciativas de criação de cursos e busca por conhecimentos em Arquivologia realizadas pelo Arquivo Nacional, os autores Crivelli e Bizello discorrem que:

Em 1911, após uma regulamentação interna o Arquivo Público passa a se chamar Arquivo Nacional. Neste ano é criado pelo Arquivo Nacional o curso de Tratamento de Arquivos para o serviço público. No entanto, é apenas na década de 1950 que a Arquivologia brasileira passa a tomar mais consistência, com o objetivo de formação. O Arquivo Nacional trabalhou no sentido de importação de conhecimentos arquivísticos e a aproximação do Brasil com instituições e práticas estrangeira (CRIVELLI; BIZELLO, 2012, p.48).

Mas, conforme os autores, o desenvolvimento da formação de profissionais arquivistas no Brasil ocorreu somente em 1973, com a criação do primeiro curso de Arquivologia em nível superior, o qual se denominava Curso Permanente em Arquivos, do Arquivo Nacional, posteriormente aderido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (CRIVELLI; BIZELLO, 2012).

Independentemente das interpretações sobre o início da Arquivologia e do seu desenvolvimento ao longo do tempo, hoje é possível analisar o descaso dos estados e municípios com os arquivos. Os autores Melo, Silva e Dorneles analisam que as discussões nacionais sobre a área, têm demonstrado um amadurecimento da comunidade em relação ao descaso com as instituições arquivísticas que ainda continuam desprezadas pela administração pública (MELO; SILVA; DORNELES, 2017).

Medeiros e Souza destacam que “ao contrário do avanço que ocorreu na Arquivologia nos últimos anos, a situação dos arquivos públicos principalmente os estaduais, continua preocupante” (2014, p.72), pois ainda há muito descaso. Além disso, a maioria dos arquivos públicos está subordinada às secretarias estaduais de

cultura, o que, segundo os autores, mostra a “pouca visibilidade associada à função de depósito de documentos” (MELO; SILVA; DORNELES, 2017, p.139).

Os autores concluem que acreditam ser recente o desenvolvimento da Arquivologia, e que a área está aos poucos ampliando o alcance, com a colocação de profissionais no mercado de trabalho e com o crescimento das pesquisas da área (MELO; SILVA; DORNELES, 2017).

Wagner Ramos Ridolphi, por sua vez, entende que:

As intensas transformações políticas, sociais, econômicas e tecnológicas vivenciadas na sociedade da informação trouxeram novos desafios para os profissionais da informação. E que essas mudanças trouxeram novas visões sobre o perfil do arquivista (RIDOLPHI, 2016, p.28).

A dissertação de Ridolphi busca verificar se o arquivista recebe o reconhecimento social e valorização profissional, em um cenário no qual a informação é tão valorizada, e, para isso, o autor fez uma análise das etapas de profissionalização do arquivista, identificando os fatores que podem propiciar maior reconhecimento e valorização.

Depois de feita a sua pesquisa, o autor compreende que:

O arquivista não pode se limitar a aprender a prática arquivística, sob risco de empobrecimento intelectual da profissão. Esse é um risco maior do que os problemas referentes aos escassos recursos financeiros e humanos, pois compromete a valorização junto aos empregadores e reconhecimento por parte da sociedade (RIDOLPHI, 2016, p.32).

Dentro desse contexto, o que ficou em evidência, é a importância e a necessidade de atender as demandas da sociedade da informação. Desta forma, o autor conclui:

O arquivista contemporâneo, que além de qualificado para as atividades intrínsecas da profissão, deve ser proativo, saber utilizar as ferramentas tecnológicas disponíveis, ter competência gerencial e saber refletir sobre o seu fazer arquivístico, produzindo e expandindo o conhecimento da área. (RIDOLPHI, 2016, p.103).

Tanus e Araújo (2013) comentam sobre o campo científico da Arquivologia ter tido nos últimos anos um crescimento significativo de cursos em todo país. Com isso, os autores analisam a trajetória do ensino da Arquivologia.

Novamente o Arquivo Nacional é mencionado, pois, conforme os autores Tanus e Araújo (2013), a trajetória das práticas e do saber arquivístico no Brasil não

é recente, haja vista a criação do Arquivo Nacional, denominado, naquela época, de Arquivo Público do Império.

No entanto, o ensino voltado para a formação do profissional arquivista foi estabelecido em 1960. Nomeado como Curso Permanente de Arquivos, foi o primeiro curso de Arquivologia em nível superior no país. Porque anterior a essa data os profissionais do Arquivo Nacional e de outros arquivos contavam com cursos de formações esporádicas, como por exemplo: o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado com a finalidade de equipar o Estado com racionalidade administrativa e modernizar a burocracia, estabelecendo uma valorização da função dos arquivos na administração pública (TANUS E ARAÚJO, 2013, p.84).

Santos (2018) aborda em seu artigo a perspectiva histórica da atuação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado em 1938, durante o Estado Novo, com a tarefa de empreender um projeto modernizador. O autor considera que o Departamento promoveu ações que criaram a fase moderna do conhecimento arquivístico, através de técnicas, métodos e práticas (SANTOS, 2018).

Além disso, Santos (2018) pontua a ação do DASP em relação ao programa de aperfeiçoamento no exterior que aproximou os princípios teóricos, conceitos, métodos e práticas dos americanos na administração dos arquivos e das bibliotecas do Brasil. Visto que um dos caminhos para modernizar era a influência norte-americana, foi usada a obra “Arquivos Modernos” de Theodore Schellenberg, a qual foi amplamente disseminada a partir da década de 1960 (SANTOS, 2018). Ademais, a bibliotecária e arquivista Nilza Teixeira Soares, também é exemplo disso: ela frequentou os cursos na American University, com o intuito de buscar aperfeiçoamento no exterior (Santos, 2016). E inclusive foi ela quem traduziu para português a obra “Arquivos Modernos”, visto que anteriormente já havia cursado inglês nos cursos de língua que o DASP oferecia (SANTOS, 2012).

Tanus e Araújo (2013) também comentam sobre a influência dos Estados Unidos. Para eles, a aprendizagem rígida em torno de um tipo de escola internacional ocasionaria uma perda das características brasileiras. E isso foi percebido, por meio da análise da trajetória feita pelos autores. Ao fim foi concluído que, inicialmente, foram empregadas influências de origem norte-americana e europeia (TANUS E ARAÚJO, 2013).

Dessa forma, após serem abordadas interpretações de autores que discorrem sobre a temática história da Arquivologia brasileira, nota-se uma ampliação do cenário e do entendimento referente ao assunto, o qual pode ser percebido anteriormente a Soares, e após sua influência.

Contudo, os autores retratam sobre o desenvolvimento e alguns dos momentos importantes da história da Arquivologia no Brasil, e esses são fatores que fazem ligação com a carreira profissional de Nilza Teixeira Soares. Visto que, em muitos momentos, Soares teve participação na história, estava inserida no seu contexto e contribuiu para a arquivística brasileira, seja na busca por qualificação fora do país – em lugares onde a Arquivologia se fazia mais desenvolvida –, seja no interesse em explorar os estudos já existentes sobre a área a fim de obter conhecimento e aperfeiçoamento. Essas e outras ações muitas vezes encobertas na história, ajudaram para que aumentasse o reconhecimento da área, e ajudaram para que cada vez mais a área fosse conquistando seu espaço.

3 METODOLOGIA

A pesquisa que subsidiou a elaboração deste trabalho é de cunho bibliográfico e documental. A partir disso, foi usado o apoio de materiais que contemplam a história da Arquivologia no Brasil e a trajetória de Nilza Teixeira Soares, assim como, também foi feita uma pesquisa em materiais que Soares produziu. De caráter qualitativo, este estudo tem como tema principal a História da Arquivologia no Brasil, onde se optou por abordar as contribuições de Nilza Teixeira Soares voltadas para a Arquivologia brasileira. No primeiro momento após a escolha do tema e do objeto de pesquisa, partiu-se pela busca da bibliografia que contemplasse o tema: História da Arquivologia.

A escolha pela bibliografia foi feita no primeiro semestre de 2022, na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso A, onde a atividade se denominava estado da arte. Nesta atividade foi necessário buscar trabalhos nas bases de dados ARCA-FIOCRUZ, BRAPCI, no repositório da Câmara dos Deputados, Pantheon-UFRJ, PPGARQ-UNIRIO e no Repositório Institucional UNESP, utilizando o seguinte termo de busca: História da Arquivologia.

Desta forma, foi preciso procurar os trabalhos nas bases de dados e selecioná-los após uma breve lida nos seus resumos e constatação de que poderiam ajudar na composição do presente trabalho.

Depois da seleção foi realizada uma tabulação da bibliografia selecionada. Ressalta-se que, durante a análise dos trabalhos, alguns deixaram de fazer parte da bibliografia por não abordarem diretamente o tema escolhido para a pesquisa. Ao todo, 9 trabalhos foram analisados. Deles, 7 foram selecionados para compor as referências da pesquisa relativa à História da Arquivologia no Brasil. Os trabalhos selecionados tratam sobre o tema com mais aprofundamento, garantindo uma base teórica mais sólida para a pesquisa. O quadro a seguir apresenta a bibliografia, especificando as bases em que foram encontradas, título da obra e ano.

Quadro 1 - Estado da Arte TCC A

Base	Título	Ano
ARCA - FIOCRUZ	A institucionalização da Arquivologia no Brasil e a reforma administrativa no primeiro governo Vargas (1935-1945).	2018
BRAPCI	O ensino da Arquivologia no Brasil: fases e influências	2013
	Os arquivos estaduais brasileiros: um perfil institucional	2014
	Olhares sobre a história dos Arquivos e da Arquivologia no Brasil.	2017
Pantheon - UFRJ	Memória e administração: o Arquivo Público e a consolidação do Estado brasileiro.	1997
PPGARQ - UNIRIO	A profissionalização do arquivista no estado do Rio de Janeiro.	2016
Repositório Institucional UNESP	A história da Arquivologia no Brasil (1838-2012)	2012

Fonte: Elaboração própria da autora (2023)

Depois do estudo bibliográfico, foi feita uma busca por fontes documentais, ou seja, em materiais que abordam a história de Nilza Teixeira Soares, como uma forma de resgatar sua trajetória, analisando momentos e fatos importantes. Ao todo, foram 5 trabalhos selecionados, dentre eles, uma entrevista e dois depoimentos de gênero textual feitos com Soares foram encontrados na base de dados BRAPCI e no site da Câmara dos Deputados. Além disso, os outros 2 trabalhos audiovisuais, referentes a trajetória de Soares, foram encontrados no Youtube, e tratam-se de uma conversa reflexiva e uma homenagem a ela devido ao Dia do Arquivista. O quadro a seguir apresenta o levantamento, especificando o local onde os trabalhos foram localizados, o título e ano do material.

Quadro 2 - Lista das fontes documentais sobre a carreira de Soares

BRAPCI	Uma vida entre arquivos e bibliotecas: entrevista com Nilza Teixeira Soares.	2016
CÂMARA DOS DEPUTADOS	Depoimento ao Projeto Memória do Servidor do Núcleo de História Oral da Coordenação do Arquivo da Câmara dos Deputados	2012
	Depoimento sobre a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988 para o acervo de depoimentos do Núcleo de História Oral do Centro de Documentação e Informação — CEDI	2018
Youtube/ Associação de arquivistas de SP ARQ-SP	Arq SP convida especial Nilza Teixeira Soares	2020
Youtube/ Câmara dos Deputados	Sessão Solene - Homenagem ao dia do (a) profissional arquivista – 12/12/2021.	2021

Fonte: Elaboração própria da autora (2023)

Além da pesquisa feita sobre a trajetória de Soares, também como fonte documental, foi feita uma busca pelas publicações com autoria de Soares, a fim de investigar a sua contribuição para a Gestão Documental no Brasil.

Ressalta-se que na atividade “estado da arte”, utilizou-se o livro digital *A Câmara dos Deputados e a Arquivística Brasileira: 1970-2000*, de autoria de Vanderlei Batista dos Santos, o qual é composto por textos inéditos, republicações de artigos, legislação interna e material arquivístico da Câmara dos Deputados. Dentre esse material estão 11 publicações de autoria de Soares. Além disso, a busca também percorreu pela Base de Dados em Arquivística, onde encontrou-se uma vasta gama de produções científicas com autoria de Soares, mas apenas 3 eram diferentes dos já encontrados no livro digital. Na sequência foi feito um mapeamento, organizando os textos em ordem cronológica, com o título da publicação e o local encontrado:

Quadro 3 - Lista da produção científica de Soares

(continua)

Ano	Título	Livro/Repositório
1-1961	Estágio no domínio da arquivística e técnicas de documentação na França.	SANTOS, Vanderlei Batista dos, A Câmara dos Deputados e a arquivística brasileira (1970-2000).
2-1972	Avaliação e seleção de documentos de arquivos: problemas e soluções.	SANTOS, Vanderlei Batista dos, A Câmara dos Deputados e a arquivística brasileira (1970-2000).
3-1974	Critérios de eliminação de documentos	SANTOS, Vanderlei Batista dos, A Câmara dos Deputados e a arquivística brasileira (1970-2000).
4-1976	Publicações oficiais, arquivos impressos.	SANTOS, Vanderlei Batista dos, A Câmara dos Deputados e a arquivística brasileira (1970-2000).
5-1976	As atividades de documentação e os arquivos dos órgãos públicos.	SANTOS, Vanderlei Batista dos, A Câmara dos Deputados e a arquivística brasileira (1970-2000).
6-1976	Relatórios sobre as atividades do VIII Congresso Internacional de Arquivos e do Seminário Interamericano sobre Cooperação Regional para o desenvolvimento de arquivos.	Base de Dados em Arquivística
7-1978	Arquivos em sistemas nacionais de informação	SANTOS, Vanderlei Batista dos, A Câmara dos Deputados e a arquivística brasileira (1970-2000).
8-1979	Arquivos intermediários	SANTOS, Vanderlei Batista dos, A Câmara dos Deputados e a arquivística brasileira (1970-2000).
9-1979	Administração e controle da produção documental em função da pesquisa, avaliação e eliminação de papéis.	Base de Dados em Arquivística
10-1979	Arquivos Judiciários	SANTOS, Vanderlei Batista dos, A Câmara dos Deputados e a arquivística brasileira (1970-2000).
11-1981	Os arquivos e a avaliação de documentos	Base de Dados em Arquivística

(conclusão)

Ano	Título	Livro/Repositório
12-1983	Arquivologia	SANTOS, Vanderlei Batista dos, A Câmara dos Deputados e a arquivística brasileira (1970-2000).
13-1984	As novas funções dos arquivos e dos arquivistas	SANTOS, Vanderlei Batista dos, A Câmara dos Deputados e a arquivística brasileira (1970-2000).
14-1994	Avaliação de documentos arquivísticos: caminhos percorridos	SANTOS, Vanderlei Batista dos, A Câmara dos Deputados e a arquivística brasileira (1970-2000).

Fonte: Elaboração própria da autora (2023)

E de forma que os dados e resultados pudessem ser obtidos, as 14 produções científicas de Soares citadas acima, foram lidas e nelas realizado o fichamento, que consiste em um método de estudo, onde são feitas anotações específicas sobre os textos, de forma que o leitor consiga organizar as informações pertinentes sobre a obra (PACHECO, 2023). Neste caso, as informações foram retiradas dos textos e pré-definidas em um quadro. Essas informações foram previamente pensadas para que pudessem ser supridas as necessidades da pesquisa. Esses elementos se denominaram como: viagem, resumo, tema, autor, experiência e referências.

Quadro 4 - Lista de requisitos para o fichamento da produção de Soares

Exemplo: Texto 1	
VIAGEM (se em algum momento Soares cita alguma viagem)	
RESUMO (um breve resumo da ideia principal do texto)	
TEMA (todos os temas citados que são pertinentes para área)	
AUTOR (autor e citação presente durante o texto)	
EXPERIÊNCIA (se em algum momento ela cita alguma experiência profissional)	
REFERÊNCIAS (referências da obra)	

Fonte: Elaboração própria da autora (2023)

Após ser realizado o fichamento, partiu-se por uma pesquisa detalhada da produção científica de Soares. Foi possível, por exemplo, avaliar os autores que foram utilizados pela autora. A partir disso, foi identificado que dentre as 14 obras de autoria de Soares, 10 possuem referências bibliográficas.

Soares utilizou 49 autores diferentes na produção de 10 obras, sendo que alguns autores foram citados em mais de um texto, ou seja, ela fez 68 referências. Em seguida foi construído um quadro com todos os autores em ordem alfabética de sobrenome, assim como o respectivo título de suas obras, ano e número de vezes que a obra foi utilizada. No próximo capítulo está disposto um gráfico com apenas os autores que foram referenciados mais de uma vez, com no mínimo 2 vezes e no máximo 4 vezes. No próximo gráfico é possível visualizar, dentre os 13 autores mais utilizados por Soares, quantos textos diferentes Soares utilizou de cada autor, isto é, o autor que ela referenciou mais. No último gráfico pode-se perceber a nacionalidade dos autores mais lidos e utilizados por Soares, sendo possível identificar uma predominância.

Em uma análise feita nas produções de Soares foi possível quantificar as temáticas e os tópicos usados por ela ao longo de suas 14 obras. Para isso foi usado um compilado das principais temáticas e tópicos de pesquisa em Arquivologia que foi produzido por Juan Voutssás, e adaptado em uma tabela no *Manual de Conclusão de Curso* (COUGO JUNIOR, 2022, p.12). Para isso usou-se um quadro que apresenta 5 temáticas diferentes, e 22 tópicos que se dividem entre as temáticas. Com ela foi possível classificar as temáticas e tópicos existentes em cada texto. Porém, os textos foram classificados com no máximo três tópicos. E alguns dos textos foram classificados apenas com um tópico, por se tratarem apenas de um assunto. Ao final pode-se concluir a preferência para determinada temática e tópicos.

4 RESULTADOS

Nilza Teixeira Soares nasceu no dia 3 de janeiro de 1926, no Rio de Janeiro, em uma chácara em Jacarepaguá. Sua mãe era brasileira e o seu pai era português, então, aos nove anos de idade, ela foi para Portugal para conhecer sua avó materna e ficou lá até seus treze anos. Estudou na Escola do Padre da Freguesia de Varziela, próximo da cidade do Porto (SANTOS, 2012).

Já de volta ao Brasil, quando cursou o segundo grau também fez um curso técnico de administração na Escola Técnica do Colégio Amaro Cavalcanti e logo em seguida, participou de um concurso realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, para o cargo de Auxiliar Administrativo do Serviço Público. Ficou em segundo lugar, e sua lotação saiu para a Biblioteca do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), onde começou sua jornada no serviço público, em 1945. Por ter desempenhado sua função satisfatoriamente, foi oferecido a ela um cargo de Bibliotecária Auxiliar. Mais tarde, já capacitada o suficiente pela experiência que vinha obtendo, ela realizou o concurso para atuar como Bibliotecária Auxiliar concursada (SANTOS, 2012).

No início de 1947, foi inscrita pelo Ministério do trabalho, Indústria e Comércio no curso de Biblioteconomia, ministrado em dois anos pela Biblioteca Nacional do Brasil, e concluiu o curso em 1948. Além disso, junto ao serviço que desempenhava na Biblioteca, ela frequentou um curso gratuito de inglês, que o DASP oferecia depois do horário do expediente (SANTOS, 2012).

Em 1952, o DASP abriu bolsas de estudos para os Estados Unidos, resultado de um acordo internacional entre os países. Foi quando Nilza Teixeira Soares se inscreveu para a Especialização em Documentação Administrativa. Nos EUA, ela estudou um ano na American University, nas áreas de gestão de arquivos corrente e administração de arquivos permanentes, onde foi aluna do professor Ernest Posner, um alemão que foi para os Estados Unidos implementar o Arquivo Nacional. Foi nessa viagem que ela teve seu primeiro contato com os arquivos e a sua primeira aula de avaliação nos cursos de arquivo corrente, intermediário e permanente, justamente com o professor Posner. Conforme depoimento dado a Santos (2012), ela acredita ter sido nesse momento que nasceu sua vocação para a avaliação, função que consegue reduzir o volume do arquivo sem prejuízo de informação. Ela também fez estágio na Biblioteca do Congresso e no Arquivo Nacional, em

Washington. Além disso, antes de retornar ao Brasil em 1953, visitou alguns arquivos nos estados vizinhos de Virgínia.

Após voltar para o Brasil, continuou trabalhando na Biblioteca do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, onde participou de reuniões da ABNT sobre documentação. Nesse período também prestou alguns serviços na Fundação Getúlio Vargas e, depois, trabalhou na Fundação Getúlio Vargas. Nesse momento, atuou com o constitucionalista Themístocles Cavalcanti e traduziu verbetes de uma bibliografia analítica sobre política, publicada posteriormente na Revista da Fundação Getúlio Vargas (SANTOS, 2012).

Quando a Câmara dos Deputados abriu inscrição para um concurso público para vagas de bibliotecário, Nilza Teixeira Soares se inscreveu, estudou e passou em quinto lugar. Foi nesse momento que ela entrou para a Câmara dos Deputados, em 1956, após prestar o referido concurso. A partir disso, foi trabalhar na Seção de Catalogação da Biblioteca, até ir trabalhar como responsável pelo setor da Referência Legislativa, em 1959 (SANTOS, 2012).

Em 1959 e 1960, ela foi cedida para trabalhar no Arquivo Nacional, para organizar o acervo da sessão Legislativa, sendo essa sua primeira oportunidade de trabalhar em um lugar que não fosse a Biblioteca. No mesmo momento ocorria o Curso Permanente de Arquivos promovido pelo DASP e pelo Arquivo Nacional, onde ela, inclusive, ministrou algumas aulas sobre método de arquivamento. O diretor do Arquivo Nacional convidou o professor Henri Boullier de Branche, que era um arquivista formado pela École de Chartes, em Paris, para vir ao Arquivo Nacional ministrar os cursos e ajudar a formar o pessoal. Como ela estava no Arquivo Nacional, também pôde frequentar os cursos do francês (SANTOS, 2012). No total, foram dois cursos, ao final dos quais De Branche decidiu mandá-la para uma bolsa de estágio na França. Nessa oportunidade de estar cedida ao Arquivo, também conheceu o arquivista Theodore Schellenberg, que permaneceu no Brasil por um período, onde ministrou palestras no Arquivo Nacional, e produziu um relatório sobre os problemas arquivísticos do governo brasileiro.(SANTOS, 2016).

Com a mudança da capital da República do Rio de Janeiro, em decorrência do projeto de interiorização, a partir de 21 de abril de 1960, a Câmara dos Deputados junto de seu acervo Arquivístico e a sua Biblioteca foram transferidos para ocupar o Palácio do Congresso Nacional, em Brasília.

Em seguida, ainda em 1960, após terminar os cursos, Nilza Teixeira Soares recebeu a resposta da sua inscrição feita para ser bolsista do Conselho Britânico. Graças a essa bolsa, ela ficou quatro meses no Reino Unido, na área de documentação pública, junto ao Parlamento e ao Arquivo. Após esses quatro meses na Inglaterra, ganhou outra bolsa para o programa de cooperação técnica oferecido pelo Arquivo Nacional da França, em 1961. Nilza conta em seu depoimento (MOTA, MONAIAR 2018) que, antes mesmo de ir à Inglaterra, ela fez contato com a Embaixada da França, dizendo que ia estagiar na Europa, e que gostaria de aproveitar a estadia para fazer estágio na França. E acredita que foi sua participação e desempenho no Curso Permanente de Arquivos, que fez com que ela ganhasse essa bolsa, pois o professor Branche fez uma recomendação para que fosse dada a oportunidade de estagiar no Arquivo Nacional da França. Ela diz ter sido de grande importância conhecer de perto o país que teve o primeiro Arquivo Nacional. Além dessas bolsas, teve ainda a oportunidade de ir ao Canadá, com visitas em grupo, que a Câmara oferecia.

A Arquivologia nacional começa a dar os primeiros passos com a fundação da AAB, Associação dos Arquivistas Brasileiros, criada em 20 de outubro de 1971, no Rio de Janeiro. Essa ideia foi iniciativa do professor, José Pedro Pinto Esposel e de um grupo de arquivistas. Nilza Teixeira Soares conta que criou um núcleo da AAB em Brasília e, bem mais tarde, foi diretora desse núcleo (na época foi realizado um congresso, inclusive). Além disso, ela conquistou o prêmio de primeiro lugar em um concurso de monografia feito pelo Arquivo Nacional com o apoio da AAB (SANTOS, 2012).

Em 1971, Nilza Teixeira Soares foi designada pela diretora da Biblioteca para trabalhar no Arquivo da Câmara. Na época a Câmara passava por uma reorganização proposta pela Fundação Getúlio Vargas, que se deteve a estudar os órgãos de documentação da Câmara e propôs a criação do Centro de Documentação - CEDI, com a Coordenação de Arquivo, Coordenação de Biblioteca, Coordenação de Publicações da Câmara e Coordenação de Documentos Parlamentares. Então, por causa da reforma administrativa, a Câmara tinha que designar pessoas para trabalhar e para ajudar os técnicos que tinham sido contratados. Nilza Teixeira Soares, que já tinha formação em Arquivo, pode colocar em prática aquilo que tinha aprendido. Ela foi designada para trabalhar criando a estrutura do Arquivo da Câmara, que foi estruturado em cinco seções: Seção de

Avaliação e Recolhimento (SAREC); Seção de Documentos Legislativos (SEDOL); Seção de Documentos Administrativos (SEDA); Seção de Documentos Audiovisuais (SEDAU) e Seção de Documentos Históricos (SEDHI). Em depoimento dado a Santos (2012) ela conta que teve a ajuda dos técnicos.

Na reforma administrativa que ocorreu na Câmara dos Deputados, em 1971. Soares acompanhou e ajudou a área de Arquivo da nova estrutura, onde a Câmara passou a ser o primeiro órgão a criar em sua estrutura administrativa uma unidade para acompanhar a produção documental de todos os setores e a definir os prazos de guarda, avaliando e recolhendo documentos. Ela conta que implementou algo moderno nos arquivos, onde passaram a conhecer as três idades dos documentos. Nilza Teixeira Soares foi a primeira diretora técnica com especialização no assunto, porque até então, esse trabalho no serviço público era executado por comissões temporárias, que não conheciam a inter-relação dos documentos e que opinavam sobre o prazo de guarda.

Nesse período, a Câmara dos Deputados se fez mais presente no cenário arquivístico a partir da criação da AAB, em 1971. Pois, desde então, participou de todas as edições do Congresso Brasileiro de Arquivologia (SANTOS, 2012).

No início da década de 1970, Nilza Teixeira Soares trouxe a ideia das três idades para o Brasil, que era algo desconhecido até então. Soares conta que houve influência de arquivistas franceses, pois os textos deles eram lidos por aqui – um exemplo é Michel Duchein. Os franceses têm o mérito de terem criado o primeiro arquivo público em 1789 e o conceito das três idades: a idade da produção, idade corrente; a idade intermediária, em que ficam envelhecendo no aguardo do período de eliminação ou incorporação ao arquivo histórico, à terceira idade (MOTA, MONAIAR 2018).

Ressalta-se que a grande mudança no arquivo a partir de 1971 foi em relação à preocupação com a produção documental e a redução do seu volume documental, sem prejuízo da informação. Para exemplificar, ela conta que quando chegou ao Arquivo da Câmara, se deparou com uma sala com todas as provas de concurso da Câmara jogadas pelo chão, empilhadas de qualquer maneira. Então, começou a trabalhar naquilo, fez uma tabela de temporalidade, e reduziu a massa documental em 80%. Tudo aquilo ficou reduzido por sistema de amostragem, pois os documentos que recapitulam informações, condensam informações, enquanto os outros podem ser dispensados (SANTOS, 2016).

Nilza Teixeira Soares considera que até então a arquivística que era ensinada em cursos no DASP, no Brasil, era limitada apenas em métodos de arquivamento, onde só havia preocupação com os arquivos correntes (ARQ...2020). E a vinda da redução da massa documental, pela avaliação dos arquivos com base em princípios de Administração Científica ou pelo levantamento da produção documental, foi um ampliar de horizontes. E acredita que a atuação da Câmara dos Deputados, foi um despertar para nova Arquivologia, inclusive para nova política nacional de arquivos. (SANTOS, 2012)

Em 1972, Nilza Teixeira Soares se tornou Diretora da Coordenação de Arquivo da Câmara. Dessa forma, continuou aplicando as práticas de avaliação, para reduzir a massa documental sem prejudicar a informação, que aprendeu com o professor Posner, na sua ida aos EUA (SESSÃO...2012). No mesmo ano participou do seu primeiro Congresso Internacional, e conta que foi muito enriquecedor.

O primeiro Congresso Brasileiro de Arquivologia foi realizado em 1972, no Rio de Janeiro. Durante o congresso foi instituída uma comissão para preparar o anteprojeto de lei que definiria o currículo mínimo do curso superior de Arquivologia no Brasil. Mas o Conselho Federal de Educação, em resolução, estabeleceu o currículo mínimo (SANTOS, 2012).

Como Diretora da Coordenação de Arquivo, apesar de estar voltada para a avaliação dos documentos que podiam ser descartados sem prejuízo da informação, Soares trabalhou também com os arquivos da primeira Constituinte, de 1823 contribuindo, assim, também com os arquivos permanentes (SANTOS, 2012).

Em 1974, Soares começou a traduzir o livro de Theodore Roosevelt Schellenberg, *Arquivos Modernos*, mas só entregou os originais depois de ser nomeada diretora do Arquivo da Câmara. Antes disso, ela julgava ser errado na função de bibliotecária (SANTOS, 2012). Em 1975, a arquivista concluiu a tradução do livro, que ela intitulou como *Arquivos Correntes: Organização e Funcionamento*, do Canadá (SANTOS,2016).

Na mesma época, Soares redigiu um verbete para a *Enciclopédia Mirador*, já falando nas três idades. Na obra editada em 1975, foi responsável pelo verbete sobre Arquivologia. (SANTOS, 2012)

Em 1984, Nilza Teixeira Soares acompanhou a tramitação do projeto de Lei nº 4895/84 que posteriormente foi transformado na Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 (SANTOS, 2012). Três anos depois, em 1987, foi convidada a participar de um

grupo de trabalho instituído pelo Ministério da Administração, para resolver o problema da catalogação na política de gestão de documentos de interesse do serviço público federal. Por ocasião desta experiência, Soares conta que batia na mesma tecla, sobre não falar em classificação por assunto e sim estudar as funções dos órgãos (SANTOS, 2012).

No mesmo ano, foi convidada a participar do 1º Seminário Nacional de Gestão de Documentos, como expositora, pela diretora do Arquivo Nacional (SANTOS, 2012).

A partir de 1987, o Arquivo da Câmara teve muito trabalho com a documentação gerada pela Assembleia Nacional Constituinte. O acervo da Assembleia Nacional Constituinte foi transferido para o Arquivo, segundo Soares, recebeu tratamento especial. Nilza Teixeira Soares foi a arquivista da Constituinte, ficou responsável pelo arquivamento das propostas da população, assim como conta que teve a colaboração dos bibliotecários evadidos do CEDI, que deram um apoio muito grande no tratamento do acervo (SANTOS, 2012).

Quando houve o 8º Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado em Salvador, na Bahia, em 1990, Nilza Teixeira Soares apresentou um trabalho que teve uma repercussão enorme, sobre política nacional de arquivos e a legislação que ia ser baixada sobre os arquivos públicos (SANTOS, 2012).

Soares relata que, no início de sua relação com os arquivos, teve que vencer o problema de ser bibliotecária. Mas conta que, com a especialização em arquivos correntes, intermediários e permanentes que obteve em cursos, estágios e visitas aos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e à França, não havia como confundir as metodologias e tratamentos – pelo contrário, estava muito atenta aos problemas (SANTOS, 2012).

Em 1991, dirigiu o CEDI por alguns meses, e aposentou-se como diretora do centro de documentação e informação da Câmara dos Deputados, após trabalhar por 35 anos na casa.

Desde então, Soares tem recebido algumas homenagens, convites para participar de conversas reflexivas, além de entrevistas e depoimentos. Sobretudo, na maior parte dos casos, são abordados assuntos referentes à sua trajetória profissional.

4.1 Análise da produção científica de Nilza Teixeira Soares

Analisando a produção científica de Nilza Teixeira Soares, através das obras que foram selecionadas, é possível, por exemplo, avaliar os autores que foram mencionados pela arquivista. Nesse processo, obteve-se 14 obras com autoria de Soares. Dentre elas, 10 com referências ao final. A partir disso, podemos quantificar e fazer um estudo de todos os autores que Soares citou nessas obras.

Soares utilizou 49 autores diferentes na produção de 10 obras, sendo que alguns autores foram citados em mais de um texto, ou seja, ela fez 68 referências, o que indica a apreciação por alguns autores específicos. A seguir, o quadro indicará todos os autores em ordem alfabética de seus sobrenomes, os respectivos títulos de suas obras, ano e número de vezes que a obra foi utilizada por Soares ao longo da sua produção científica.

Quadro 5 - Lista de todos os autores referenciados por Soares em suas obras.

(continua)

Autor	Título	Ano	Número de vezes que a obra foi utilizada
GÉRAUDEL, Pierre.	Les archives imprimées.	1970	3
	Les archives et la documentation au niveau des administrations départementales. 1975	1975	1
SCHELLENBERG, T.R	Avaliação dos documentos públicos modernos.	1943	2
	Arquivos modernos, princípios e técnicas.	1973	2
DUBOSCQ, G	Les archives français.	1970	1
	Le dépôt de prearchivage: idée et instrument.	1976	2
PINKETT, Harold T	Identification of records of continuing value.	1966	2
	American archival theory: the state of the art.	1981	1

(continuação)

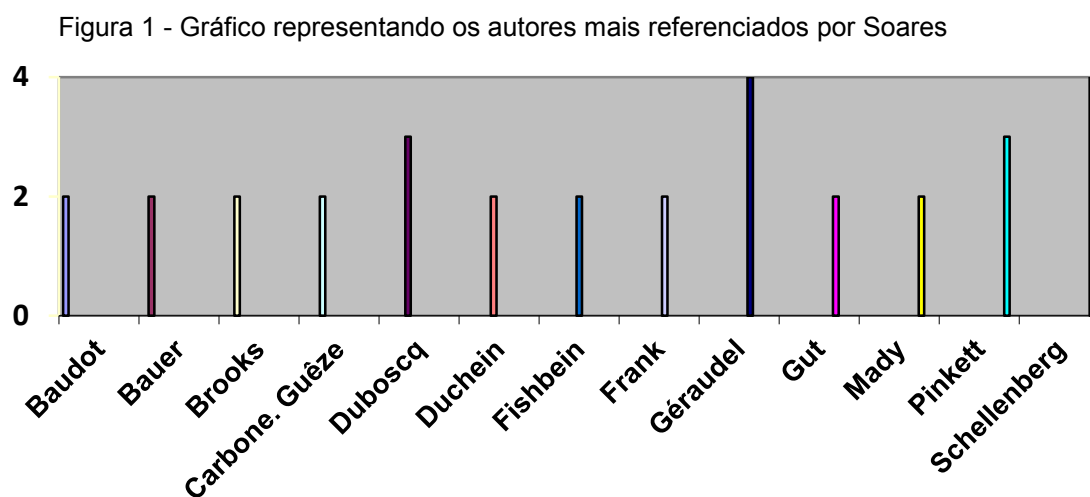
Autor	Título	Ano	Número de vezes que a obra foi utilizada
CARBONE, Salvatore/ GUÊZE, Raoul	Commissions de controle. Dépôts de préarchivage. Suppression de documents-dans lês archives de l'Etat. Versements.	1971	1
	Projet de loi d'archives type: presentation et texte.	1971	1
FRANK, Evans	A basic glossary for archivist, manuscript curators, and Records managers.	1974	1
	Writings of archives published by and with the assistance of Unesco.	1983	1
MADY, Jacqueline	L'entrée dès documents aux archives.	1970	1
	As transferências de documentos dos serviços centrais para os arquivos nacionais.	1959	1
BAUDOT, M	Les triages et elimination des Archivistes Français.	1970	2
BAUER, G. Philip.	The appraisal of current and recent records.	1946	2
BROOKS, Philip C.	What records shall we preserve? Washington, The National Archives, National Archives and Records Service, General Services Administration.	1971	2
DUCHEIN, M	A colaboração entre os serviços administrativos e os arquivos.	1959	2
FISHBEIN, Meyer H.	A viewpoint on appraisal on national records.	1970	2
GUT, Christian.	Les Archives Imprimées.	1970	2
ANGEL, Herbert E.	Archival Janus: records center.	1968	1
BEARMAN, David; / LYTLE, Richard	Hierachy in archival theory and practice: a critique and proposal.	1982	1
BELLOTO, Heloisa Liberatti.	Problemática atual dos arquivos privados.	1978	1

(Continuação)

Autor	Título	Ano	Número de vezes que a obra foi utilizada
BERNER, Richard C	Toward national archival priorities: a suggested basis for discussion.	1982	1
BLAQUIÈRE, H	Les archives en formation.	1970	1
BOLE, Frank	Disrespecting original order.	1982	1
BURKE, Frank G.	The future course of archival theory in the United States.	1981	1
CAPPON, Lester J.	What, then is to theorize about?	1982	1
CHARNIER, Henri	Definition de la documentation.	1975	1
CHAULEUR, Andrée.	Les archives et la documentation au niveau des administrations centrales.	1975	1
COLLIER, Raymond	Les archives et le pessimism.	1972	1
DAMPIERRE, Jacques de	Les publications officielles des pouvoirs publics.	1942	1
DELMAS, B.	Archives.	1974	1
EASTWOOD, Terence.	The retention schedule in the integrated management of records.	1992	1
FERREIRA, Vera Regina	História oral: origem e expansão de um movimento que se firma no Brasil.	1980	1
FONSECA, Edson Nery.	Informatologia.	1975	1
GUILLEMAIN, Alice	Les archives en formation et le pré-archivage: réflexions a propos d'un chapitre du "Manuel d'archivistique".	1970	1
HULL, Felix.	Utilización de técnicas de muestreo em la conservacion de registros.	1981	1
KALENSKI, Gustaw.	Record selection.	1976	1
KROMMOV, A.	El avalúo de los documentos contemporâneos.	1975	1
LEVRON, Jacques	A Seleção dos arquivos.	1959	1

(Conclusão)			
Autor	Título	Ano	Número de vezes que a obra foi utilizada
LEWILSON, Paul.	Archival sampling.	1983	1
LUTZKER, Michel A.	Max Weber and the analysis of modern bureaucratic organizations: notes toward a theory of appraisal.	1982	1
MAZUZAN, George T.	The challenge of nuclear power development records.	1981	1
PIRES, Clairé de Souza	Critérios de eliminação de documentos, 1974. Mimeografado.	1974	1
RAPPORT, Leonard.	No grandfather clause: reappraising accessioned record.	1981	1
RHOADS, James B.	Applicability of Unisist guidelines and ISO international standards to archives administration and records management.	1982	1
ROCHA, Juracy Feitosa	Publicações oficiais brasileiras, um tema para o 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.	1973	1
RODRIGUES, José Honório	Os arquivos e a pesquisa histórica.	1979	1
SAINT-BLANQUAT, Odon de	Disrespecting original order.	1982	1
SEREJO, Luiz Paulo Bastos	O eu sou é o caminho, a verdade e a vida, Brasília 1975. Mimeografando.	1975	1
SODRÉ, Luiz Guilherme Teixeira	Guia preliminar de fontes para a história do Brasil: instituições governamentais no município do Rio de Janeiro.	1979	1
TREVER, Karl L	Administrative history in federal archives.	1941	1
VALETTE, Jean-Jacques.	O papel dos arquivos na administração e na política de planificação nos países em desenvolvimento.	1973	1
VASQUEZ, Manuel.	Manual de selección documental.	1983	1
WELDON, Edward.	Archives and the challenges of change.	1983	1

O gráfico a seguir aborda todos os autores que foram referenciados mais de uma vez ao longo das suas produções. O gráfico traz uma escala no sentido vertical de 0 a 4, que representa o número de vezes que os autores foram citados, onde variam de duas até quatro vezes. Assim como, no sentido horizontal, estão distribuídos os autores em ordem alfabética de seus sobrenomes.

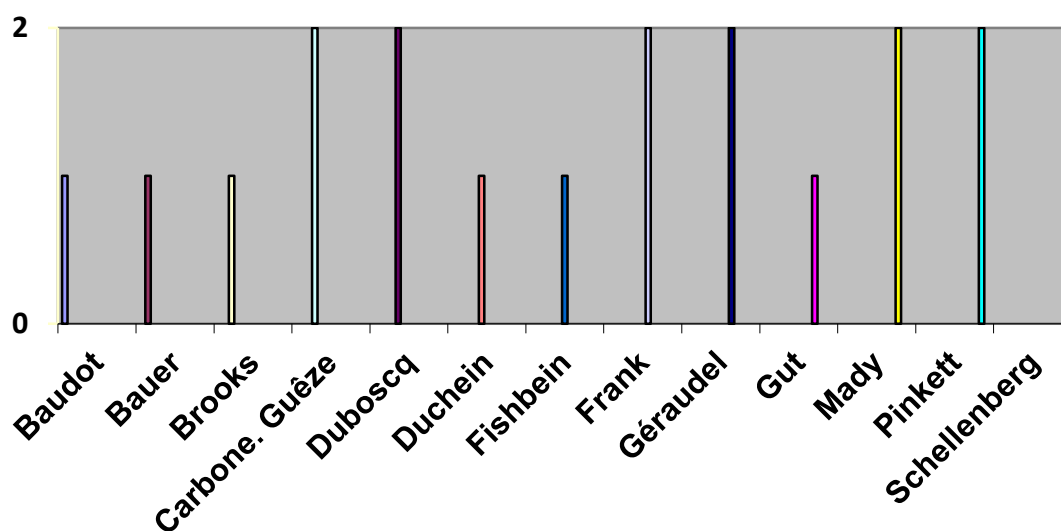


Fonte: Elaboração própria da autora (2023)

Observa-se, conforme o gráfico acima, que os dois mais citados foram os autores: Pierre Géraudel e Theodore Roosevelt Schellenberg. Os dois têm o maior número de citações, porém Soares utilizou somente dois textos diferentes de cada autor, ou seja, os textos se repetem. No próximo gráfico é possível visualizar, dentre os 13 autores mais utilizados por Soares, quantos textos diferentes Soares utilizou de cada autor, isto é, o autor que ela referenciou mais.

Dessa forma, o gráfico a seguir mostra os 13 autores mais citados, e o número de textos de cada autor que foi utilizado por Soares. No sentido vertical a escala representa números de textos de 0 a 2. E no sentido horizontal estão distribuídos os autores em ordem alfabética de seus sobrenomes.

Figura 2 - Gráfico representando o número de textos utilizado de cada autor



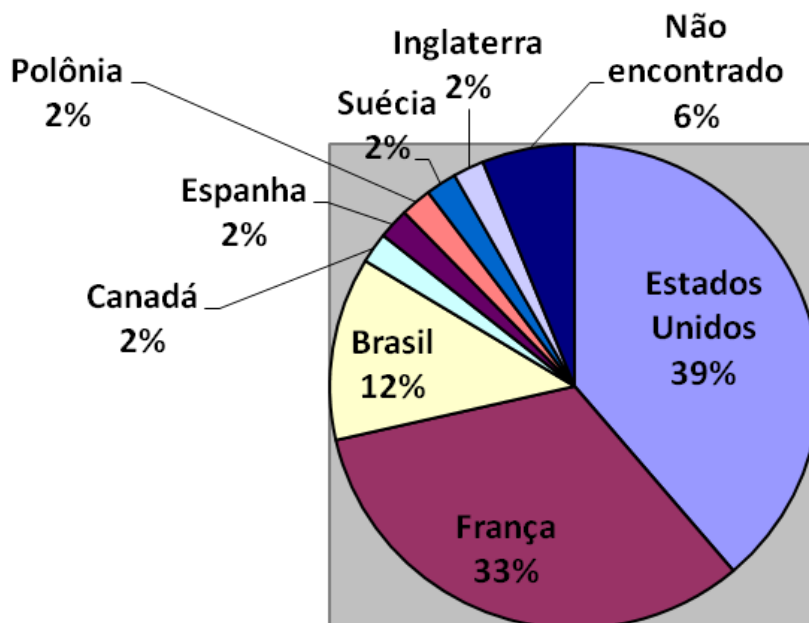
Fonte: Elaboração própria da autora (2023)

Nesse gráfico é possível perceber quais autores foram mais lidos e utilizados por Soares, dessa forma, é possível observar a predominância de autores da França e dos Estados Unidos, pois os autores Baudot, Carbone e Guêze, Duboscq, Duchein, Géraudel, Gut, e Mady são franceses. E os autores Bauer, Brooks, Fishbein, Frank, Pinkett e Schellenberg são estadunidenses.

Com essa observação, pode-se interpretar que Soares sofreu grande influência da França e dos Estados Unidos, pois ela inclusive teve a oportunidade de visitar esses países e desfrutar dos seus amplos conhecimentos arquivísticos.

Além disso, buscou-se na pesquisa saber a nacionalidade de todos os 49 autores citados por Soares:

Figura 3 - Gráfico com as nacionalidades dos autores referenciados por Soares



Fonte: Elaboração própria da autora (2023)

No gráfico acima é possível perceber a influência de nacionalidades nos textos de Soares. Nota-se a predominância de autores norte-americanos, somando 19 autores. Em segundo lugar, estão os franceses, que somam 16 autores. Já o Brasil aparece em terceiro lugar com 6 autores. Além disso, países como Canadá, Espanha, Polônia, Suécia e Inglaterra estão iguais, cada um com apenas 1 autor. E os autores cuja nacionalidade não foi encontrada nesta pesquisa somaram 3 autores.

A maior parte da sua produção foi fundamentada por autores norte-americanos e franceses, o que mostra que ela transitou por essas duas bases teóricas. Soares teve a oportunidade de visitar esses dois países e, nessas viagens, pode adquirir experiência e conhecimentos que posteriormente trouxe para o Brasil.

Em uma análise feita nas produções de Soares foi possível quantificar as temáticas e os tópicos usados por ela. Ao longo de suas 14 obras, conseguimos fazer uma análise minuciosa de todos os assuntos recorrentes em seus textos. Para realizar essa análise, foi usado um compilado das principais temáticas e tópicos de

pesquisa em Arquivologia que foi produzido por Juan Voutssás, e adaptado em uma tabela no *Manual de Conclusão de Curso* (COUGO JUNIOR, 2022, p.12).

Esse quadro apresenta 5 temáticas diferentes, e 22 tópicos que se dividem entre as temáticas. Com ela foi possível classificar as temáticas e tópicos existentes em cada texto. Finalmente, os textos foram classificados com no máximo três tópicos. Ressalta-se que alguns dos textos foram classificados apenas com um tópico, por se tratarem apenas de um assunto.

Quadro 6 - Lista de tópicos em que os textos de Soares foram classificados

Número de texto	Tópicos
14 textos	Processos técnicos da gestão documental
9 textos	Processos técnicos vinculados à arquivos permanentes
3 textos	Os arquivos e sua função social: transcendência e responsabilidade social; Direitos Humanos, patrimônio, memória e sociedade.
2 textos	Tecnologias da Informação e Comunicação em arquivos: sistemas de informação, bases de dados, aplicações, automatização, redes de arquivos, arquivamento em nuvem, Big Data, documento eletrônico etc.
1 texto	Sensibilização, difusão e acesso social aos arquivos e seus benefícios.
1 texto	Fontes documentais para a arquivística (bibliografias, bancos de dados eletrônicos etc.)
2 textos	Legislação e normalização arquivística.

Fonte: Elaboração própria da autora (2023)

Como mostra o quadro apresentado acima, 14 textos (todos os encontrados) podem ser classificados a partir do tópico “Processos técnicos da gestão documental”. Dessa forma, pode-se interpretar que, predominantemente, a produção de Soares trata sobre (produção, classificação, avaliação e destinação). Em segundo lugar, o tópico “Processos técnicos vinculados a arquivos permanentes” aparece em 9 textos diferentes, e assim como o anterior, esse tópico que trata sobre (arranjo, descrição, preservação e difusão), é também recorrente entre os textos. Já o tópico “Os arquivos e sua função social”, que se refere sobre a (transcendência e responsabilidade social, Direitos Humanos, patrimônio, memória e sociedade), está

em terceiro lugar, sendo usado em 3 textos. Já os outros tópicos são menos utilizados na produção de Soares – aparecem 1 ou 2 vezes apenas.

4.2 Resumo das obras de Nilza Teixeira Soares

Em 1961, Nilza Teixeira Soares estava exercendo o cargo de bibliotecária na Câmara dos Deputados, quando foi cedida ao Arquivo Nacional. Nesse momento, o arquivista e historiador francês Henri Boullier de Branche veio ao Brasil para ministrar cursos teóricos e práticos de arquivo (SANTOS, 2012). Na época, De Branche também prestou sua colaboração no estudo dos princípios e orientação a serem seguidos na classificação dos fundos já recolhidos pelo Arquivo Nacional (SANTOS, 2012). No mesmo ano, Soares recebeu uma bolsa de estudos na França, onde ficou sob direção de De Branche (MOTA, MONAIAR, 2018). Nesse estágio, ela pôde percorrer diversos serviços a fim de se inteirar das atividades de rotinas de trabalho e, ao fim, após um curto período, retornou ao Brasil. Foi quando publicou o seu primeiro texto, intitulado “Estágio no domínio da arquivística e técnicas de documentação na França”, em 1961. Esta obra reúne uma sequência de estudos sobre como era à França em relação aos arquivos.

No estágio francês, de Branche a ensinou os princípios da classificação por assunto, o que ela julgou ser arbitrário por se desviar do critério de origem. A arquivista ressalta que a classificação cronológica estaria mais de acordo com o princípio arquivístico de conservação dos documentos que representam a atividade do órgão que os criou, respeitando sua evolução natural (SOARES, 1961 apud SANTOS, 2017).

Além disso, sua viagem fez com que ela pudesse ampliar ainda mais o seu conhecimento arquivístico, obtendo uma visão geral da Arquivologia na França, pois esteve em diferentes administrações, governamentais ou não. Cada qual com seu aspecto diferente, técnicas e métodos de trabalho próprios (SOARES, 1961 apud SANTOS, 2017). Após visitar diversos serviços de documentação e bibliotecas, estava habilitada a fazer uma análise crítica para ajudar nos problemas cruciais das bibliotecas brasileiras, cuja solução fora especialmente recomendada pela diretora da Biblioteca da Câmara dos Deputados. Então, depois de se inteirar sobre tais problemas, Soares enviou à Câmara um material com sugestões, acompanhado de

exemplos que pudessem ajudar ou solucionar alguns problemas (SOARES, 1961 apud SANTOS, 2017).

Em 1961, Soares já havia visitado os Estados Unidos e a Inglaterra, viagens que também aconteceram com o objetivo de buscar conhecimentos arquivísticos para o Brasil (SANTOS, 2012). Mesmo que ela tenha exercido o cargo de bibliotecária até 1971, ano que foi designada pela diretora da biblioteca para trabalhar no Arquivo da Câmara, antes disso ela já buscava qualificação arquivística (SANTOS, 2012).

Em 1972, Soares vivia em um contexto onde acabara de se tornar Diretora da Coordenação de Arquivo da Câmara dos Deputados (SANTOS, 2012). Com isso, depois de muito estudar Arquivologia, pode aplicar com autonomia seu conhecimento arquivístico, principalmente as práticas de avaliação, para reduzir a massa documental sem prejudicar a informação, que aprendeu com o professor Ernst Posner, na sua ida aos EUA, em 1952 (SANTOS, 2012).

Também em 1972, Nilza Teixeira Soares escreveu seu segundo texto intitulado “Avaliação e seleção de documentos de arquivos: problemas e soluções”. Nesse texto, Soares defende a criação de uma política nacional de arquivo, a fim de que consigam resolver o problema das massas documentais acumuladas, visando como solução à aplicação das práticas de avaliação, para que assim seja possível reduzir o volume documental sem prejudicar a informação. Além disso, o conceito de “arquivística moderna” começa a surgir pela primeira vez em seus textos, e é esse conceito que traz a preocupação com a redução do volume documental. Nesta época, Nilza Teixeira Soares aborda também importância da conservação dos documentos que são permanentes e a criação de depósitos de arquivamento intermediário:

Define que são locais para onde os documentos são transferidos para o arquivo geral do próprio órgão junto ao setor de origem dos documentos ou vão para depósitos situados em locais mais distantes, amplos e econômicos – medida essa que já adotada nos Estados Unidos, Inglaterra e França (SOARES, 1972 apud SANTOS, 2017 p.104).

Soares também defende que deve haver um conhecimento da rotina documental, um levantamento da produção, o que seria a solução para a racionalização de arquivos. Porém, ela ressalta que a maior dificuldade de avaliar está em ter a noção do que será importante para as gerações futuras, em face dos valores de hoje (SOARES, 1972 apud SANTOS, 2017).

Há um momento em seu texto, que os princípios científicos do autor norte americano T.R. Schellenberg são apresentados. Esta apresentação nada mais é do que a conceituação de arquivos como documentos que possuem valores, que se dividem, basicamente, em duas categorias:

O valor primário, que diz respeito ao uso dos documentos pelo próprio órgão de origem, tendo em vista a sua utilidade para fins administrativos, legais e fiscais e o valor secundário, que diz respeito ao uso dos documentos para fins outros que não aqueles para os quais foram originariamente criados, quando o documento passa a ser fonte de pesquisa e informação para o próprio serviço e para terceiros (SOARES,1972 apud SANTOS, 2017 p.100).

Em seguida, Soares traz a teoria francesa das três idades, que coloca a primeira idade na fase corrente, onde os documentos são de uso administrativo; a segunda idade na fase intermediária, com o uso pouco frequente pela administração; e a terceira fase permanente, ou seja, de arquivamento definitivo (SOARES,1972 apud SANTOS, 2017).

Dois anos mais tarde, em 1974, Soares continuou a fazer novas publicações. O seguinte texto é intitulado “Critérios de eliminação de documentos”. Neste trabalho Soares volta a falar sobre um dos principais problemas da arquivística moderna. A expansão da produção documental torna a eliminação tarefa difícil, porém necessária, e a falta disso acarreta prejuízos econômicos e culturais. Segundo a autora, “vivemos a era do documento, a era do papel e já nos vemos caminhando para outras formas de registro, em filmes, em memórias eletrônicas, em fitas magnéticas, enfim, entramos na era do microfilme e do computador” (SOARES, 1974 apud Santos, 2017 p.112). Porém, o contexto ainda é de um vasto uso do papel, por isso, se faz tão necessária à obtenção de um plano de destinação de documentos, assim como, uma política de destinação que forneça a estrutura que os órgãos precisam (SOARES, 1974 apud Santos, 2017).

Além disso, a autora comenta novamente que os levantamentos devem ser feitos sobre a documentação existente, visando à criação de planos de classificação e de prazos de conservação e da relação dos documentos elimináveis. Já as Comissões se ocupam da organização dos arquivos, planejando as transferências da massa documentária dos arquivos correntes para os intermediários, estabelecendo tabelas de descarte, atualizadas após um período de cinco anos (SOARES, 1974 apud Santos, 2017). E a tabela de descarte é ato de direito público,

e devem ser publicadas nos Diários Oficiais para que qualquer pessoa possa recorrer dentro de um prazo. O órgão competente para julgar os recursos e decidir sobre o assunto será um Conselho Nacional de Arquivos (SOARES, 1974 apud Santos, 2017).

Na sequência, Soares traz a definição de arquivo pela primeira vez como “documentos produzidos e recebidos no desempenho das atividades correntes de um órgão, utilizados inicialmente como instrumento de trabalho e preservados para fins de prova e evidência do passado” (SOARES, 1974 apud Santos, 2017 p.112). Com isso, ela chama atenção para o ponto de que nem todos os documentos produzidos ou recebidos no desempenho de uma atividade merecem ser preservados como prova e evidência do passado (SOARES, 1974 apud Santos, 2017). Conservar todos os documentos não constitui uma política, só prejudica a consulta dos pesquisadores nos documentos, por causa da grande massa de documentos.

Com base na sua experiência estadunidense, a autora conta que as primeiras tentativas de avaliação nos Estados Unidos, exercidas em 1934, visavam identificar documentos significativos que se encontravam submersos em documentos sem qualquer interesse, triviais. Em 1940, a avaliação passou a se ocupar do descarte antes da preservação (SOARES, 1974 apud Santos, 2017).

Soares em sua narrativa afirma que o levantamento minucioso da documentação constituirá um roteiro eficiente para a mecânica de avaliação, cujo conhecimento dará aos brasileiros, no futuro, a certeza de que nada se perdeu, nenhuma informação foi subtraída do seu contexto atual. Assim, o momento que vivemos poderá ser fielmente recapitulado por meio dos dados preservados. (SOARES, 1974 apud Santos, 2017).

Uma opção incomum é citada no texto de Soares, o trabalho realizado por Fichbein (1970), sobre um plano que tem como principal objetivo designar os documentos que têm valor permanente a fim de garantir sua preservação. E uma vez que esses documentos forem identificados, o descarte dos demais se torna fácil e mais eficiente.

Em 1976, outra publicação é editada, “Publicações oficiais, arquivos impressos”. Neste texto, Soares aborda as publicações oficiais, que refletem e divulgam a atividade de um órgão, são editadas para exercer essa tarefa. Esses

arquivos impressos têm o público como destinatário, refletindo as atividades de onde procedem todos os arquivos.

É citada ao longo do texto uma frase de Pierre Géraudel (1970), de que tem havido, da parte dos próprios arquivistas, um desinteresse muito grande em relação a documentos impressos. O autor, conforme Soares, atribui esse erro ao fato de “os historiadores se manterem sem curiosidade quanto a assuntos que os impressos esclareciam particularmente” (SOARES apud GÉRAUDEL, 1970).

Soares explica que, com o passar do tempo, muitos conceitos mudaram e foi possível aceitar que as publicações oficiais são arquivos impressos

Esses arquivos facilitam o uso e a compreensão dos documentos de arquivo, podendo divulgar o seu conteúdo ou explicá-los. Atualmente a história faz uso das fontes manuscritas e dos arquivos impressos, que podem fazer o papel de fonte primária para a pesquisa. Um exemplo de arquivo impresso é o Diário do Congresso Nacional (SOARES, 1976 apud SANTOS, 2017 p.135).

O texto salienta que as publicações oficiais devem ser editadas sob a responsabilidade de um órgão de administração e/ou às despesas de recurso público. Soares menciona que os documentos impressos são tratados como livros, segundo os critérios biblioteconômicos (Canadá) ou são conservados em séries distintas, segundo o princípio da proveniência (Alemanha) (SOARES, 1976 apud SANTOS, 2017). Ao fim, a autora menciona a falta de controle das publicações oficiais editadas no Brasil e a impossibilidade de obtê-las de maneira sistemática. Enfatiza que o pesquisador se depara com grandes dificuldades quando se propõe a estudar documentos governamentais.

O texto a seguir, intitulado “As atividades de documentação e os arquivos dos órgãos públicos”, foi publicado em 1976 nos Anais do 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia. Nele, Soares inicia com uma reflexão acerca da missão que o arquivo tem de custodiar e dispor os documentos, que refletem a atividade do órgão e constituem o patrimônio histórico. Além disso, as pesquisas sobre atividades correntes em fontes impressas, editadas e publicadas pelo próprio órgão, não devem fugir da responsabilidade arquivística, pois as atividades de documentação sobre esse acervo são da área de atuação do arquivista (SOARES, 1976 apud SANTOS, 2017). Do mesmo jeito que o lugar certo para se buscar informação sobre atividades de determinado órgão será no serviço de documentação vinculado ao arquivo. Pois o acervo dos arquivos resulta do desempenho de todas as atividades

do órgão, e o acervo também é um instrumento de apoio e desenvolvimento para o próprio órgão.

Neste trabalho, Soares ainda comenta sobre a relevância que o arquivista tem, em estar atento quanto às atividades documentárias, publicadas ou não, no sentido de que venham a atender suas necessidades de pesquisa. Além disso, é importante que haja todo um trabalho ainda na fase corrente, facilitando a futura pesquisa.

Um fator citado ao longo do texto, é sobre não existir uma política definida em lei, para as publicações oficiais. Soares afirma que não existe obrigatoriedade de uma linha de publicações; não existe um meio eficaz de divulgação e listagem das publicações editadas; não existe qualquer compromisso quanto ao interesse da informação e pesquisa (SOARES, 1976 apud SANTOS, 2017).

Ao final do texto, Soares usa as palavras de Duboscq (1976), onde o mesmo acredita que não cabe mais aos arquivistas a atitude de mero conservador de documentos, e sim a ativa participação no desempenho das atividades do órgão, como importantes auxiliares da administração.

O sexto texto de Soares também foi publicado em 1976, tendo como título “Relatórios sobre as atividades do VIII Congresso Internacional de Arquivos e do Seminário Interamericano sobre cooperação regional para o desenvolvimento de Arquivos”. Esse texto se trata de um relatório sobre o Congresso e o Seminário que ocorreu na capital dos Estados Unidos nos meses de setembro e outubro de 1976.

O objetivo do Congresso realizado pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), foi reunir a comunidade internacional de arquivistas, para que houvesse um intercâmbio de informações e discussão dos problemas vinculados à profissão. Na ocasião, a lista de participantes registrou 560 inscritos, procedentes de 81 países, representantes de todos os continentes, inclusive da Oceania.

Junto ao 8º Congresso Internacional de Arquivos, foi organizado um Seminário Interamericano que reuniu especialistas em arquivo dos vários países da América Latina. A lista de participantes registrou a presença de 35 representantes de 20 países. As sessões abordaram o uso dos arquivos públicos, eclesiásticos e privados, assim como também houve uma análise ampla de todas as iniciativas relacionadas com arquivos na América Latina. Durante esta sessão de Seminário

vários países relataram suas conquistas e seus problemas e deficiências. Soares relata que uma reunião do Seminário teve José Pedro Pinto Esposel como expositor. De maneira clara e ordenada, o representante brasileiro expôs suas idéias sobre o papel das associações de profissionais arquivísticos (SOARES, 1976). Soares também ressalta que a sessão dedicada à formação e regulamentação da profissão de arquivistas foi uma das mais ricas em contribuições. Assim como, o problema da terminologia mereceu considerações especiais de parte do Dr. Ulibarri, do Arquivo Nacional dos Estados Unidos, e do Professor Esposel na sessão dedicada ao assunto.

Por fim, a 6ª reunião realizada, sob a presidência de Gunnar Mendoza, versou sobre auxiliares de pesquisa (guias, inventários, índices, catálogos). E o Dr. Ulibarri discorreu sobre as técnicas descritivas desenvolvidas nos Estados Unidos.

Na sequência, o *III Congresso Brasileiro de Arquivologia*, que ocorreu em outubro de 1976, dá origem a outro texto de Soares, intitulado “Arquivos Judiciários”. O texto só foi publicado originalmente três anos depois, nos anais do Congresso. Nele, Soares relata o momento em que a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) participa do grupo instituído pelo Ministro da Justiça para elaborar o anteprojeto da lei que disciplinará o problema da eliminação ou preservação de autos judiciais. O Grupo foi composto por um representante do Ministério da Educação e Cultura, um presidente o qual é Diretor do Arquivo Nacional, um vice-presidente, um representante do Instituto dos Advogados e um representante da AAB (a própria Nilza Teixeira Soares).

Em um segundo momento, Soares apresenta a sua preocupação com a destinação dos autos judiciais, e explica que a autoridade arquivística (Arquivo Nacional, arquivos estaduais e municipais) pertence ao Poder Executivo e a Autoridade Judiciária pertence ao Poder Judiciário. No entanto, pode haver um conflito de autoridades, pelo fato de que a autoridade judiciária julga o valor dos documentos para efeito da justiça e a autoridade arquivística determina o valor como fonte de pesquisa histórica e informação.

Contudo, todos os documentos são produzidos e acumulados no desempenho das atividades específicas do órgão ou entidade a que pertence. E para que ocorra a eliminação bem sucedida dos autos judiciais, é necessário que sejam elaboradas tabelas de temporalidade com prazos de guarda definidos e que as listas de eliminações sejam publicadas em editais antes da eliminação dos documentos. Pois

é importante que os critérios aprovados sejam divulgados e que deles tomem conhecimento não só as partes diretamente interessadas, como os futuros usuários dos arquivos.

Dois anos mais tarde, em 1978, Soares voltou a publicar, desta vez trazendo um título inédito: "Arquivos em Sistemas Nacionais de informação". Este trabalho inicia-se com uma crítica sobre os órgãos ministeriais que, empenhados em desenvolver sistemas de informação, dissociam os arquivos desse mecanismo de informação. E assim os arquivos das entidades governamentais ficam reduzidos a meros depósitos. Conforme Soares, os arquivos constituem fonte de informação oficial e não há como admitir que não façam parte do sistema de informação de um país.

A falta de um planejamento integrado do sistema documental e de informações torna o processo de recuperação de dados e documentos difícil, senão impossível. A simples guarda de documentos não permite o controle das informações neles contidas. Métodos e técnicas que a ciência dos arquivos equaciona devem ser aplicados à documentação oficial (SOARES, 1978, apud Santos, 2017 p.350)

No entanto, a falta de hábito de recorrer aos arquivos, deve-se ao fato de não se contar com eficientes serviços de arquivo. Cabe, pois, à falta de profissionais habilitados que se responsabilizem por esse acervo e que respondam pela documentação de caráter oficial, colocando-a a serviço do governo.

Para Soares, os documentos são a base em que se fixam materialmente as informações relativas a atos e fatos. Cabem aos arquivos, ou melhor, àqueles que estão à frente dos comandos arquivísticos, a responsabilidade do planejamento, da coordenação e do controle de todo o processo documental, seja ele representado, na forma de papel, fita, disco magnético, filme, microfilme ou microficha, ou qualquer outro meio.

Através de assistência técnica, o arquivista passa a conhecer a rotina documental, o conteúdo informativo dos documentos produzidos e pode sugerir métodos de classificação que venham a facilitar não só o uso dos documentos correntes, como também as transferências para arquivos intermediários. A falta de uma organização adequada aplicada aos arquivos correntes redundava em desperdício de tempo, recursos humanos, equipamentos e espaço, sempre insuficientes.

No ano de 1979, Soares publica um texto intitulado “Arquivos intermediários”. Neste trabalho, a autora reflete que os arquivos, isto é, os documentos têm um ciclo de vida que se caracteriza por três idades: corrente, intermediário e permanente. A caracterização dos arquivos intermediários se dá pelo uso pouco frequente dos documentos para o desempenho das atividades correntes do órgão de origem. Conforme Soares (1979):

À medida que os documentos vão sendo dispensados pelos órgãos de origem, vão sendo dispensáveis às atividades correntes e não se acumulando nos arquivos do próprio órgão, junto às próprias administrações, deve o arquivista atuar no sentido de oferecer-lhes custódia segura e submetê-los a um processo de avaliação que venha a determinar que documentos obrigatoriamente devem chegar à 3ª idade, e evitar que esses acervos sofram eliminações indiscriminadas. (SOARES, 1979, apud Santos, 2017 p.238)

Nos Estados Unidos os arquivos intermediários tornaram-se indispensáveis. Conforme Soares (1979 apud SANTOS, 2017) os arquivistas americanos, a partir de 1950, começaram a institucionalizar os centros de arquivamento (Records Centers), centros no sentido de que recebem documentação dispensada pelos vários órgãos do governo em âmbito federal. Mais tarde essa ideia teve aceitação internacional.

A fase intermediária é onde os documentos são direcionados aos depósitos, para que possam aguardar o prazo ou para serem eliminados ou serem definitivamente incorporados ao arquivo permanente. Soares, por sua vez, apresenta em seu texto uma citação que mostra o contexto do Brasil em relação aos arquivos intermediários:

O próprio Arquivo Nacional, a partir do Decreto nº 76.387, de 2 de outubro de 1975, passou a contar, em sua estrutura básica, com uma Divisão de Pré-Arquivo, que tem por competência “recolher e conservar a documentação ainda com interesse administrativo e selecionar a que será incorporada ou eliminada”, nos termos de seu Regimento Interno (SOARES apud BRASIL, 1975, p. 239).

Tal medida, não altera o problema do volume dos arquivos, portanto, a solução pode ser a avaliação criteriosa e a eliminação. Por isso, é essencial que o arquivista, antes de tudo, reconheça a rotina documental e o conteúdo informativo de todos os documentos, pois só assim poderá estabelecer recomendações seguras quanto aos prazos de guarda.

A prática da administração de arquivos intermediários é resumida por Soares (1979 apud Santos, 2017), em desobrigar o cuidado por documentos que não mais apresentam interesse para suas atividades diárias e evitar que os arquivos de custódia tenham suas áreas saturadas com documentos a serem conservados apenas por determinado prazo, documentos destituídos de valor permanente. Essa prática implica, sobretudo, medida de economia para um país. Já que os depósitos são construídos de maneira econômica e em áreas de baixo custo. O ideal é que sejam na periferia das cidades e não no mesmo local do arquivo público (SOARES, 1979 apud Santos, 2017 p.241).

A autora volta a falar sobre a arquivística moderna, e acredita que a arquivística evoluiu ao estabelecer que o profissional da área exerça o controle sobre os arquivos correntes dos órgãos, pois, do contrário, se arrisca a nada receber ao a receber acervos mutilados nos arquivos intermediários.

Ao fim do texto, a arquivista ressalta que para os arquivos intermediários funcionarem e chegarem a exercer a sua atividade principal, precisam da elaboração de instrumentos de destinação. Instrumentos que o arquivista denomina “plano de destinação de documentos”, e respectivas tabelas de temporalidade. Além disso, esses instrumentos não podem ser elaborados com a efetiva atuação do arquivista. Em princípio, não se deve admitir transferência de documentos sem que sejam devidamente analisados e fixado o prazo de guarda.

Ainda em 1979, é publicado outro texto, com o título “Administração e Controle da produção documental em função da pesquisa, avaliação e eliminação de papéis”. O texto inicia abordando o problema da eliminação de papéis e a necessidade de ser criada uma Política Geral dentre os órgãos, para serem pensadas e decididas às eliminações. Além disso, Soares volta a falar sobre a necessidade que o Governo Federal tinha de criar, em Brasília, um Centro de Arquivamento Intermediário, a ser administrado conjuntamente pelo Arquivo Nacional e órgãos depositários (SOARES, 1979). Neste texto, Nilza garante que, se isso acontecesse, o Brasil estaria inovando junto com os outros países que já possuem. E que, futuramente, poderia se construir um local também para o arquivamento permanente, onde os pesquisadores possam suprir suas necessidades.

Outra questão aparente diz respeito à atenção de Nilza Teixeira Soares sobre a falta de políticas de eliminação, pois, conforme a autora, os papéis eram incinerados sem ter ao menos uma comissão habilitada. A arquivista observa que a legislação americana dispõe sobre a destinação de documentos e tabelas de descarte, que são comuns a todo órgão da administração federal, essa tabela prevê a guarda temporária de documentos nos Record Center (intermediário) até serem eliminados se não forem permanentes (SOARES, 1979).

O texto também reforça a ideia já trazida em trabalhos anteriores quando aborda a importância do levantamento da produção documental de cada órgão do governo, para que assim seja possível achar o valor dos documentos e o ciclo de vida dos conjuntos. Esse levantamento, além de instrumento racional, é também um guia dos arquivos, e instrumento de pesquisa da história (SOARES, 1979).

Alguns anos depois, em 1981, Nilza Teixeira Soares publicou outro texto, intitulado “Os arquivos e a avaliação de documentos”. Iniciando o texto com um olhar crítico, Soares salienta que:

Empresas privadas estão muito mais atentas aos problemas de relações jurídicas para com o Estado, sabem por quanto tempo podem ser os documentos úteis para comprovações em juízo e quanto à guarda de documentos inúteis, também são mais criteriosas que os órgãos públicos, pois dimensionam o que representa em custo a manutenção de depósitos. Nos órgãos públicos, não existe a preocupação da redução de custos e despesas inúteis. Por esta razão, os arquivos se acumulam e se desfiguram, não se lhes dando a atenção que merecem (SOARES, 1981, p.16).

Depois do apontamento mencionado acima, Soares fala sobre a importância que a avaliação tem em conseguir reduzir a área ocupada inutilmente, e conseqüentemente sendo essencial para melhorar as condições de recuperação. Ela ainda destaca que se a direção do órgão não se conscientiza da necessidade de conhecer os documentos que se acumulam em seus arquivos, de forma a racionalizá-los e a dar-lhes uma destinação adequada, no tempo próprio, os arquivistas terão dificuldade em levar a efeito qualquer programa de avaliação (SOARES, 1981).

Além disso, a avaliação deve ser feita a partir do interesse do próprio órgão e do interesse arquivístico, que é quando se identifica outros objetivos que não somente aqueles para os quais os documentos foram criados.

Durante seu texto, a autora explica que:

Contrariando a tradição de avaliar os documentos já acumulados e entregues à guarda do Arquivo, a Coordenação de Arquivo, da Câmara dos Deputados, através da Seção de Avaliação e Recolhimento, optou pelo levantamento da produção documental, na origem, com a colaboração das unidades orgânicas em que são as diversas rotinas administrativas levadas a efeito. (SOARES, 1981, p.18)

A questão levantada pela autora já havia sido brevemente citada no texto anterior, trata-se de um fator interessante para área por ser uma transição, ou seja, uma mudança de regras, pois antes parecia conveniente aplicar a prática de avaliação na fase intermediária, depois passou a ser favorável conhecer, analisar, organizar e definir o prazo de guarda dos documentos da fase ativa, na fase corrente.

A avaliação criteriosa é definida por Soares (1981), como uma ação que consiste na eliminação de documentos reduzindo a massa documental, sem prejudicar a informação e os interesses da entidade. Porém, muitas vezes essa prática não se aplica à realidade, pois é visto documentos sendo eliminados por decisões de funcionários ocasionais, sem consultar um especialista e nem a opinião pública (SOARES, 1981). Contudo, para que a informação esteja protegida e os documentos estejam seguros, sugere-se uma prática nova, a microfilmagem, que é recomendada após a avaliação.

Em 1983, a autora publica um texto intitulado “Arquivologia”, que se trata de uma análise geral dos problemas dos arquivos brasileiros e da situação da própria Arquivologia. O texto inicia abordando a importância da informação como instrumento de desenvolvimento científico e tecnológico, e que o mesmo já constitui ponto plenamente aceito.

Mas a realidade não se faz tão satisfatória para a preservação da informação nos acervos arquivísticos, conforme Soares:

Os arquivos produzidos pelos órgãos públicos, instituições privadas e pessoas físicas, constituem parcelas dos arquivos nacionais e formam um todo orgânico. No contexto atual, as atividades em torno dos arquivos, em suas três idades – corrente, intermediária e permanente –, são exercidas, em sua quase totalidade, de maneira precária e distante do que determina a técnica e a ciência arquivística e sem obedecer a uma política (SOARES, 1983 apud SANTOS, 2017 p.117)

Esse fator pode estar relacionado ao fato de que muitas vezes os acervos são entregues a leigos, que atuam sem orientação e supervisão. Não existindo

reconhecimento de uma autoridade arquivística em empresa ou órgão público. No entanto, Soares ressalta que, “por outro lado, vemos atualmente um grande despertar para a memória nacional, movimento que pode beneficiar os arquivos como parcela do patrimônio cultural do país” (SOARES, 1983 apud SANTOS, 2017 p.118).

Soares volta a fazer uma crítica, e comenta que motivo pela qual a área arquivística mantém um crescimento estável está relacionado com o fato de que só recentemente estudos vêm sendo realizados em favor de um desenvolvimento. E, além disso, muito se vê ainda que os arquivos atuais são tratados desde a sua origem até à fase final, “por funcionários comuns, sem formação técnica e, via de regra, por servidores em fase de aposentadoria ou com problemas de saúde, que são simplesmente ‘encostados’ nas unidades arquivísticas”. (SOARES, 1983 apud SANTOS, 2017).

Esses acima citados são alguns problemas dos arquivos brasileiros, eles fazem com que, “as dificuldades para impulsionar qualquer programa de trabalho nesta área sejam enormes, tanto nas fases ativas e semiativa, nos próprios órgãos” (SOARES, 1983 apud SANTOS, 2017 p.322). Isso é o resultado da falta de profissionais da área, falta de implementação de políticas arquivísticas e a falta de compreensão de que os papéis de hoje são arquivos históricos de amanhã. Soares acredita ainda que, “o importante e urgente é que se procure criar em cada unidade da federação um curso de graduação em Arquivologia, como solução definitiva ao problema de carência desse profissional no país” (SOARES, 1983 apud SANTOS, 2017 p.323).

Porém, algumas conquistas verificadas nos últimos anos, demonstram certa evolução para a solução dos problemas arquivísticos. A mais importante e significativa é o próprio reconhecimento da profissão, pela Lei nº 6.546/1978 (SOARES, 1983 apud SANTOS, 2017). Embora regulamentada a profissão, Soares chama a atenção para o fato de não terem sido criados os órgãos específicos de fiscalização do seu exercício (Conselho Nacional e regionais).

Um dos assuntos já comentados anteriormente é retomado por Soares neste trabalho, pois ela salienta a realidade em torno da política de microfilmagem de documentos de arquivo, a qual não existe planejamento, e os órgãos públicos recorrem à miniaturização como solução, mas não investem no arquivo, e sim em equipamentos que em pouco tempo se revelam inadequados. Além disso, o custo

das operações torna-se insustentável, resultando em desativar o laboratório. (SOARES, 1983 apud SANTOS, 2017).

A arquivista também discorre sobre o novo cenário que vem modificando a dimensão do trabalho do arquivista, a informática. Ela entende que:

O uso cada vez mais intenso do computador resulta em volume crescente de informações em suporte legível apenas a máquinas, os próprios computadores. Impõe-se ao arquivista o compromisso com essas fontes e o tratamento que devem receber de forma a serem preservadas para pesquisadores futuros. A falta de integração dos órgãos da administração com os órgãos de arquivo não facilita a utilização dos bancos de dados produzidos na fase corrente. Memórias devem ser preservadas como instrumento de pesquisa, independente da custódia documental primária (SOARES, 1983 apud SANTOS, 2017 p.338)

Em relação a não existir, na época, a formação de nível superior no Brasil, à carreira de arquivologista foi transformada em documentarista pelo Plano de Classificação de Cargos de 1960, e simplesmente extinta no novo Plano de 1970 (SOARES, 1983 apud SANTOS, 2017)

E para a área obter avanços significativos, Soares julga mais uma vez ser preciso trabalhar mais na implementação de universidades e centros de pós-graduação, pois dessa forma as pesquisas científicas serão desenvolvidas: “Contamos apenas com três cursos de graduação em Arquivologia, e o primeiro de pós-graduação está sendo, agora, cogitado pela UFF” (SOARES, 1983, apud SANTOS, 2017 p.339).

No ano de 1984, Soares faz uma nova publicação, dessa vez, intitulada como “As novas funções dos arquivos e dos arquivistas”. E, como o título já menciona, o texto aborda as novas funções do arquivo e do arquivista, assim como a ideia de que o arquivo só está ligado à pesquisa histórica e a cultura vem mudando satisfatoriamente, a modernidade está se apropriando da ideia de que os arquivos são também, e principalmente, fonte de informações oficiais e instrumento de apoio administrativo para os governos. Além disso, Soares menciona que “os arquivos, hoje, constituem órgãos de assessoria e de pronta informação sobre documentos produzidos pela administração, com a finalidade de oferecer subsídios aos próprios projetos de governo e à formulação de decisões políticas” (SOARES, 1984 apud SANTOS, 2017 p.349).

O texto traz a argumentação de quão bem estruturado for um sistema de arquivo, poderá ajudar nos planos e decisões governamentais, constituindo um fator

de grande economia, visto que mostra as realizações e planejamentos do passado, facilitando a continuidade de realizações e evitando a duplicidade antieconômica de iniciativas. Porém, o que muitas vezes atrapalha esse processo, deve-se à falta de serviços de arquivos adequados e à carência de profissionais habilitados que se responsabilizem pelos acervos, isso faz com que não haja hábitos de recorrer aos arquivos.

Além disso, os arquivos das entidades governamentais são reduzidos a meros depósitos, em que se custodiam os processos e demais documentos arquivísticos, que não são inseridos no estudo e na dinâmica da problemática da informação oficial do órgão (SOARES, 1984 apud SANTOS, 2017).

Soares em sua narrativa acredita que a Arquivologia vem lutando diante das necessidades e mudanças, e que a tecnologia é um dos fatores que está modificando o cenário da arquivística. O próprio microfilme já não é considerado a melhor solução. A informática, a eletrônica e o processamento de dados trouxe um impacto, onde tudo invade e tudo agiliza (SOARES, 1984 apud SANTOS, 2017). Isso é o desenvolvimento e os arquivistas precisam estar atentos a essas transformações. Com isso, a função do arquivista moderno passou a ser a de administrar documentos. Visando a racionalização dos documentos, inclusive obtendo controle anterior à criação, quando se planeja a documentação. São os objetivos da gestão de documento de arquivos:

Garantir uma documentação adequada e evitar o supérfluo; simplificar os sistemas de criação e uso dos documentos; melhorar a maneira pela qual se acumulam os arquivos e se recuperam as informações, assegurar o conhecimento do panorama documental dos órgãos e da destinação dos conjuntos; garantir a transferência de documentos não necessários ao desempenho das atividades correntes, o recolhimento a arquivos públicos e as eliminações periódicas; atentar para o armazenamento a baixo custo, em termos de equipamento e área; e, finalmente, estimular a criação de depósitos centrais de arquivamento intermediário (SOARES, 1984 apud SANTOS, 2017 p.352).

Contudo, no Brasil, o arquivista ainda não conquistou o que foi mencionado acima, e se limita a funções que não são de atribuição da área. Pois, muitas vezes, só se admitem como atividades da área de arquivo as operações de recebimento e distribuição da correspondência, controle da tramitação e a custódia em depósitos (SOARES, 1984 apud SANTOS, 2017).

Em 1994, Soares publica seu último texto, o qual fala novamente sobre a avaliação. O artigo é intitulado como “Avaliação de documentos arquivísticos: caminhos percorridos”. E inicia abordando a conquista dos arquivistas brasileiros quanto ao amparo jurídico adquirido. No ano de 1988, foi consagrado na Constituição, em seu artigo 216, § 2º, o princípio que determina: “Cabem à administração pública, na forma de lei posterior, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem” (BRASIL, 1988).

Em contrapartida, a regulamentação da Lei nº 8.159/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos, não mereceu a atenção devida do próprio governo. Conforme Soares, “Já se vão três anos e só agora, em junho do corrente ano, logramos disciplinar o Conselho Nacional de Arquivos (CONAR) criado pelo art. 26 da referida lei, e o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) Pelo Decreto nº 1.173/1994” (1994 apud SANTOS, 2017 p.366). Soares acredita que o motivo disso é a falta de interesse em conhecer a produção documental dos órgãos públicos, sendo somente preocupante eliminar documentos para liberar espaço. As situações de perigo nas eliminações que põem em risco a integridade dos arquivos são várias: as comissões de eliminação, a prescrição quinquenal, os documentos publicados, a microfilmagem e a autorização para eliminar. Soares ressalta que “havia até o caso de comissões cujos membros eram gratificados pelos volumes de processos descartados” (1994 apud SANTOS, 2017). No entanto, são proibidas as iniciativas isoladas e de risco. Pois, é preciso orientação dos princípios científicos para se proceder à avaliação, eliminação e recolhimento.

Neste texto, a microfilmagem é evidenciada novamente, dessa vez com um olhar crítico, visto que a utilização da microfilmagem para a solução do problema e redução do volume documental não se faz mais eficaz. Segundo Soares, durante o uso do microfilme investiram-se grandes somas na aquisição de equipamento e instalação de laboratórios, mas não investiram em uma solução técnica anterior à massa acumulada. Conforme Soares:

Microfilma-se muito lixo. Há que se reafirmar que a microfilmagem, dita de substituição, aplicada a arquivos sem tratamento técnico é inaceitável. Os documentos de valor histórico probatório correm o risco de serem eliminados. Trata-se de documentos revestidos de valor intrínseco e que podem vir a ser microfilmados para segurança e preservação dos originais e não para eliminação. Mas, aplicada a conjuntos volumosos, de valor

histórico-informativo, a microfilmagem de substituição é recomendável. (SOARES, 1994 apud SANTOS, 2017 p.370).

Ao retornar ao assunto sobre avaliação, a arquivista explica que a autoridade administrativa define os prazos de guarda segundo o interesse do próprio órgão. E a autoridade arquivística define se aqueles documentos apresentam valor de pesquisa, se pretendem submetê-los a análises posteriores e se os pretende recolher para guarda permanente, ou se simplesmente, determinará sua eliminação, após a necessária avaliação. Além disso, surgiram os depósitos de arquivos intermediários, onde os documentos aguardam sua destinação final, seja a eliminação ou a guarda permanente.

E ao final, a mensagem de Soares é reflexiva. Ela reafirma novamente o seu ideal que é aprimorado durante todos os textos:

A avaliação caminha para dias melhores, no bojo de uma arquivística integrada, em que se identificam as perspectivas de uso dos documentos tanto para a administração quanto para o pesquisador do futuro, num mesmo momento, com a intervenção do arquivista, junto à administração, acompanhando o ciclo documental desde a criação até a sua destinação final (SOARES, 1994 apud SANTOS, 2017 p.379).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi abordado sobre as contribuições de Nilza Teixeira Soares para a Arquivologia Brasileira, assunto o qual está inserido na temática história da Arquivologia no Brasil. Para tanto foi necessário fazer estudos aprofundados sobre a história da Arquivologia no Brasil e sobre a carreira de Nilza Teixeira Soares. Além disso, para que a produção científica de Soares fosse analisada de forma que sua contribuição para área pudesse ser quantificada, foi preciso um estudo detalhado da produção de Soares.

Esta pesquisa teve sua fundamentação teórica embasada em autores que tratam sobre o tema história da Arquivologia no Brasil. Salienta-se que, os trabalhos de Crivelli e Bizello (2012), Melo, Silva e Dorneles (2017), Ridolphi (2016), Tanus e Araújo (2013), Santos (2018), Santos (2016) e Costa (1997) foram essenciais.

A metodologia iniciou pela elaboração da fundamentação teórica, visando que a abordagem fosse feita da forma mais clara possível, após isso, foi feito um resumo sobre a trajetória de Soares, a fim de que pudesse apresentar a sua brilhante carreira profissional. Ao final, foi feita uma análise de forma criteriosa na sua produção científica de Soares, para que pudesse ser mensurada a sua contribuição para a gestão de documentos no Brasil.

Os resultados do trabalho se deram após conseguir estabelecer um panorama sobre os olhares dos autores em relação à história da Arquivologia, visto que também foi de suma importância para poder contextualizar a presente pesquisa. Após isso, com a realização criteriosa da análise sobre as contribuições de Nilza Teixeira Soares, pode-se constatar que sua trajetória foi muito preciosa para a área arquivística. Além disso, Soares contribuiu grandemente com sua vasta produção científica, a qual construiu ao longo dos anos, conforme buscava mais qualificação, adquiria mais conhecimento e experiência. Contudo, Soares foi uma pessoa influente, se aprofundando nos estudos e pesquisas da área, buscando especialização fora do país, uma vez que esses países estavam à frente na questão arquivística, podendo trazer um grande conhecimento arquivístico para o Brasil. Além de contribuir com a autoria em muitos textos, Soares traduziu textos de autores renomados, dessa forma, pode colaborar muito com a literatura arquivística, a qual na época era restrita. Soares trouxe para o Brasil o conceito de avaliação, que

conheceu em uma de suas viagens, o que inclusive, algum tempo depois pode aplicar com autonomia no seu local de trabalho.

Conclui-se que Soares abriu caminhos do saber arquivístico, introduzindo no Brasil conhecimentos que até o momento são bases fundamentais da Arquivologia. Contudo, a pesquisa proporcionou saber o caminho percorrido pela autora, além de que pode ressaltar e homenagear essa importante figura da área arquivística. Há muitos desafios ainda pela frente, mas é com o esforço de pessoas como Nilza Teixeira Soares que a Arquivologia vai continuar se desenvolvendo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO de Arquivistas de SP ARQ-SP. **ARQ SP Convida especial Nilza Teixeira Soares**. São Paulo: [s.n.], 20/10/2020. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Df6eYSAXf94>> acesso em: 20 de set. 2022

BRASIL, **lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978**. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Brasília; Presidência da República, [1978]. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6546.htm

CÂMARA dos Deputados. **Sessão Solene – Homenagem ao dia do(a) profissional arquivista – 13/12/2021**. Brasília – DF: [s.n.], 13/12/2021. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fv7H7L8GpMY> > Acesso em: 20 de set. 2022

CÉLIA, MARIA L. C. **Memória e administração: o Arquivo Público e a consolidação do Estado brasileiro**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/1334>> Acesso em: 13 de maio. 2022

COUGO JÚNIOR, F.A. Manual de Trabalho de Conclusão de Curso. Santa Maria: 2022. Relatórios Técnicos do Departamento de Arquivologia, v.3., n.1. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/arquivologia/darq-tec-01-2022-man>

CRIVELLI, Renato; BIZELLO, Maria Leandra. A História da Arquivologia no Brasil (1838-2012). Fuentes - **Revista de la Biblioteca y Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional**, v. 6, p. 44-56, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115413>>. Acesso em: 13 de maio. 2022

HENRIQUE, J. M.; SILVA, R. N.; DORNELES, S. L. Olhares sobre a história dos arquivos e da arquivologia no brasil. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 12, n. 1, 2017. DOI: [10.22478/ufpb.1981-0695.2017v12n1.33763](https://doi.org/10.22478/ufpb.1981-0695.2017v12n1.33763)>Acesso em: 10 de maio. 2022

MEDEIROS, J. M. G.; SOUZA, K. I. B. M. Os arquivos estaduais brasileiros: um perfil institucional. **Ágora**, v. 24, n. 49, p. 57-78, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/12676>>.Acesso em: 10 maio. 2022.

MONAIAR, Rildo José Cosson Mota e Laila. **Depoimento sobre a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988 para o acervo de depoimentos do Núcleo de História Oral do Centro de Documentação e Informação — CEDI**. Câmara dos Deputados. 20/07/2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/historia-oral/assessores-da-assembleia-constituente/entrevistas/E014.pdf>> Acesso em: 20 de set. 2022.

PACHECO, Mariana do c. Fichamento, Mundo Educação UOL, 2023. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/redacao/fichamento.htm>> Acesso em: 07 de out. 2022

RIDOLPHI, WAGNER R. **A profissionalização do arquivista no estado do Rio de Janeiro**. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/11130>> Acesso em: 13 de maio. 2022.

SANTOS, P. R. E. D. Uma vida entre arquivos e bibliotecas: entrevista com Nilza Teixeira Soares. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 29, n. 2, p. 202-220, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/44694>. Acesso em: 05 out. 2022

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. A institucionalização da arquivologia no Brasil e a reforma administrativa no primeiro governo Vargas (1935-1945). **Revista Brasileira de História**, v. 38, n. 78, p. 121-146, 2018. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/31394>> Acesso em: 10 maio. 2022

SANTOS, Vanderlei Batista dos, **A Câmara dos Deputados e a arquivística brasileira (1970-2000)**. Brasília. 2017. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/34421>> Acesso em: 10 de set. 2022

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **Depoimento ao Projeto Memória do Servidor do Núcleo de História Oral da Coordenação do Arquivo da Câmara dos Deputados**. Câmara dos Deputados. 17/12/2012. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/historia-oral/memoriadoservidor/nilza-teixeira-soares> > Acesso: 28 de set. 2022

SOARES, Nilza T. **Administração e controle da produção documental em função da pesquisa, avaliação e eliminação de papéis**. Base de Dados em Arquivística. Rio de Janeiro. 1979. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/34421>> Acesso em: 08 de set. 2022

SOARES, Nilza T. **Os arquivos e a avaliação de documentos**. Base de Dados em Arquivística. Rio de Janeiro. 1981. Disponível em: <http://koha.an.gov.br/cgi-bin/koha/opac-retrieve-file.pl?id=c561f5fc54d5938aa3d560961d9a4481> > Acesso em: 05 set. 2020

SOARES, Nilza T. **Relatórios sobre as atividades do VIII Congresso Internacional de Arquivos e do Seminário Interamericano sobre Cooperação Regional para o desenvolvimento de arquivos**. Base de Dados em Arquivística. Rio de Janeiro. 1976. Disponível em: <http://koha.an.gov.br/cgi-bin/koha/opac-retrieve-file.pl?id=4dcab26b32638ff671099e6b986f7ea3>> Acesso em: 10 de set. 2022

TANUS, G. F. S. C.; ARAÚJO, C. A. V. O ensino da arquivologia no brasil: fases e influências. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 18, n. 37, p. 83-102, 2013. DOI: [10.5007/1518-2924.2013v18n37p83](https://doi.org/10.5007/1518-2924.2013v18n37p83)>Acesso em: 12 de maio. 2022.